



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

**CONSELHO DE CAMPUS: ESPAÇO DE REPRESENTATIVIDADE, FORMAÇÃO
POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFORMAL**

**PORTO ALEGRE
2019**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

**CONSELHO DE CAMPUS: ESPAÇO DE REPRESENTATIVIDADE, FORMAÇÃO
POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Josimar de Aparecido Vieira

PORTO ALEGRE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48c Oliveira, Henrique Leonardi de.
Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal. / Henrique Leonardi de Oliveira; orientador: Josimar de Aparecido Vieira – Porto Alegre: 2019.

136 f. il. color. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2019. Orientador: Prof Dr. Josimar de Aparecido Vieira

1. Conselhos escolares. 2. Gestão democrática. 3. Formação política. 4. Cultura Organizacional. I. Vieira, Josimar de Aparecido. II. Título.

CDU: 37.091.2

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

**CONSELHO DE CAMPUS: ESPAÇO DE REPRESENTATIVIDADE, FORMAÇÃO
POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 16 de outubro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientador

Prof. Dr. Fábio Azambuja Marçal

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Profa. Dra. Sonia Regina de Souza Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

**CONSELHO DE CAMPUS: ESPAÇO DE REPRESENTATIVIDADE, FORMAÇÃO
POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFORMAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 16 de outubro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientador

Prof. Dr. Fábio Azambuja Marçal

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Profa. Dra. Sonia Regina de Souza Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

RESUMO

Esta investigação teve a finalidade de analisar e propor aportes que incentivem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no Conselho de *Campus* (CONCAMP) que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política de seus integrantes por meio de um processo de educação informal. Foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Porto Alegre, a respeito de seu CONCAMP. Foram envolvidos alguns dos atuais membros deste conselho, sendo três técnicos administrativos, dois professores, dois estudantes e um membro da comunidade externa. Além desses, ex-membros do referido Conselho participaram da investigação na proporção: quatro técnicos administrativos, um professor e um estudante. Por fim, outros sujeitos foram incluídos, sendo três técnicos administrativos, um professor e um estudante que nunca atuaram no CONCAMP, nem mesmo como suplentes. Constituída numa abordagem qualitativa, foi produzida por meio de análise documental em textos da legislação educacional e regulamentos relacionados ao CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Também foram realizadas entrevistas abertas semiestruturadas com os sujeitos citados anteriormente e aplicados questionários com questões abertas e fechadas gerando apontamentos sobre suas experiências, dificuldades, facilidades, aprendizados, com relação ao envolvimento com o CONCAMP. Com esses procedimentos, além de pesquisa bibliográfica sobre os fundamentos da gestão democrática, foi realizada a análise dos dados obtidos, produzindo este artigo e um produto educacional em formato de material textual, composto de modelo de política institucional e campanha informativa, já que concluiu-se pela necessidade de intervenção no aumento da participação no CONCAMP, principalmente do segmento dos estudantes e que a formatação do Conselho do *Campus* Porto Alegre poderia sofrer algumas alterações nas suas dinâmicas, composição e funcionamento, mesmo que represente conquista democrática frente a instâncias semelhantes em outros Institutos Federais ou Universidades públicas quanto à gestão democrática. Após validação do produto educacional junto a membros da comunidade do *Campus* Porto Alegre, foram realizadas melhorias estéticas e conceituais no material textual, tornando-o relevante para estimular a participação da comunidade na principal esfera de gestão democrática dos *campi* de uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, contribuindo assim na formação dos sujeitos nela atuantes.

Palavras-chave: Conselhos escolares; Gestão Democrática; Formação Política.

ABSTRACT

The participation of the IFRS - Campus Porto Alegre academic community in the Campus Council (CONCAMP), which, besides being considered a structure that contributes to the improvement of the educational process and ensures the implementation of IFRS policies, can contribute to the political formation of its members through an informal education process. It was held at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre, regarding its CONCAMP. Some of the current members of this council were involved, including three administrative technicians, two teachers, two students and one member of the external community. In addition, former Board members participated in the investigation in proportion: four administrative technicians, one teacher and one student. Finally, other subjects were included: three administrative technicians, a teacher and a student who never worked at CONCAMP, not even as alternates. Constituted in a qualitative approach, it was produced through document analysis in texts of educational legislation and regulations related to IFRS - Campus Porto Alegre CONCAMP. Semi-structured open interviews were also conducted with the above mentioned subjects and questionnaires with open and closed questions were applied, generating notes about their experiences, difficulties, facilities, learning, regarding the involvement with CONCAMP. With these procedures, in addition to bibliographic research on the foundations of democratic management, we analyzed the data obtained, producing this article and an educational product in textual material format, composed of institutional policy model and information campaign, since it concluded due to the need to intervene to increase participation in CONCAMP, especially in the student segment and that the formatting of the Campus Porto Alegre's Council could undergo some changes in its dynamics, composition and functioning, even though it represents a democratic conquest in the face of similar instances in others Federal Institutes or Public Universities when it comes to democratic management. After validating the educational product with members of the Porto Alegre Campus community, aesthetic and conceptual improvements were made over, turning it stimulating to the participation of the community in the main sphere of democratic management of the campuses of a federal institution of professional and technological education, thus contributing to the formation of the subjects acting in it.

Keywords: School councils; Democratic management; Political formation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSUFRGS	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONCAMP	Conselho de <i>Campus</i>
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
Apresentando a metodologia:.....	14
Apresentando o estado da arte.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 Trabalho e educação.....	22
2.2 Educação informal.....	25
2.3 Gestão escolar democrática e participação política.....	26
2.4 Participação política e autonomia.....	28
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Definição da população e amostragem da pesquisa.....	33
3.2 Metodologia de análise de dados.....	34
4 ANÁLISE DOS DADOS: DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	36
4.1 Pesquisa de Campo: análises e encaminhamentos.....	36
4.2 Paridade e Deliberação: combinação incomum.....	41
4.3 Gestão democrática na educação pública: legislação.....	42
4.4 Participação no CONCAMP do IFRS - <i>Campus</i> Porto Alegre.....	43
4.5 Análise e aplicação do produto educacional.....	45
5 CONCLUSÕES.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A – Produto Educacional.....	57
I. BASE TEÓRICA DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	58
II. DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL:.....	60
A – MODELO DE CAMPANHA INFORMATIVA:.....	60
B – MODELO DE DINÂMICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	61
III. JUSTIFICATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	65
IV. APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	66
REFERÊNCIAS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	69
DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS TEXTUAIS.....	70
APÊNDICE B – Questionários;	83
APÊNDICE C – Roteiros de Entrevista.....	131

APRESENTAÇÃO

Esta investigação foi originada de pressupostos apontados em minha trajetória profissional, confirmando a ideia de que não é possível o pesquisador manter-se neutro diante do objeto de pesquisa, pois estarão envolvidos conhecimentos prévios. Desta forma, considero indissociável o papel de interpretador do pesquisador perante seu objeto de pesquisa. Além disso, este objeto de estudo é uma instância na qual atuei como representante técnico-administrativo por dois mandatos consecutivos, de dois anos cada: o Conselho de *Campus* (CONCAMP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Porto Alegre (abdicando na metade do segundo mandato), além de atualmente cumprir mandato como representante suplente. Adicione-se a isso o fato de que em períodos nos quais não cumpri mandato como conselheiro percebi um demasiado distanciamento com relação a esta instância de representatividade, mesmo considerando a centralidade que ela tem na vida institucional no IFRS - *Campus* Porto Alegre e o quanto influencia nas práticas de seus servidores e estudantes.

Este sentimento de afastamento perante o CONCAMP ocorreu em período que, por um ano, atuei como representante no Conselho de Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), quando no Brasil também ocorria uma virada político-institucional, tema de muitas discussões neste espaço de representatividade do sindicato. Esta alteração no cenário político nacional somada ao afastamento do CONCAMP causou-me refletir no quanto a atuação política pode se relacionar com a educação e a necessidade de se valorizar a educação para a democracia, mas uma democracia consistente, não apenas a das eleições periódicas.

Durante estes períodos, por meio destas experiências, constituí uma gama de conhecimentos úteis à minha formação política, de valorização da participação democrática e de como acompanhar e tomar parte em instâncias participativas, tópicos nada comuns nos bancos escolares. Ao mesmo tempo, compreendi ter assumido a responsabilidade de auxiliar na construção de parte do conhecimento acumulado por estes espaços de representatividade, que por sua vez somam-se à construção da instituição.

Diante deste contexto, a pesquisa aqui apresentada tomou a dinâmica do

CONCAMP com a finalidade de elaborar um produto educacional que incentivasse a participação da comunidade do IFRS - *Campus* Porto Alegre neste conselho. Concomitante ao trabalho de levantamento de dados, foi analisada a legislação brasileira pertinente à gestão educacional democrática, sobretudo aquela relacionada à Educação Profissional e Tecnológica, assim como as resoluções e demais normas do IFRS e do *Campus* Porto Alegre ligadas ao CONCAMP. Essa avaliação da regulamentação a respeito da gestão democrática foi confrontada com dados da realidade da participação neste Conselho, a qual, por apresentar-se frequentemente incompleta, vem prejudicando a execução de certas características previstas, como a paridade de representação entre os segmentos da comunidade interna. Também foram analisados a constituição e funcionamento de Conselhos semelhantes em Institutos Federais de todas as regiões do país, chegando à conclusão que os Conselhos dos *Campi* do IFRS têm quase que ineditismo em simultaneamente determinarem paridade de representação e função deliberativa a esse órgão, as quais surgem como conquistas democráticas para a instituição e seus sujeitos trabalhadores e estudantes.

Neste mesmo tema, a democratização da gestão escolar aparece como conceito que, para sua real efetivação, deve ir além da escolha de representantes e designação de competências a estes. Assim, a participação paritária, a função deliberativa e a consulta aos demais membros da comunidade são entendidos como características necessárias não só à democratização da gestão e das relações de trabalho na instituição, mas também para a formação para a democracia, intermediada pelo trabalho.

Isto conduziu à construção da segunda seção deste trabalho de pesquisa, no qual consta a base conceitual utilizada, pela qual a gestão democrática é considerada parte integrante da formação proporcionada pela instituição de ensino. Assim, o objetivo a ser atingido por uma instituição de ensino qualquer, por meio desta forma de administração, a aprendizagem, num horizonte de formação integral para a democracia, para a autonomia dos sujeitos, está intimamente ligado com o sucesso da democracia na instituição, em conformidade com o conceito de administração escolar localizado na obra de Paro (2002). Isso vem da compreensão de posição de mediação realizada pelo trabalho, seja na aprendizagem, seja na evolução do trabalho científico, seja na construção de uma gestão democrática.

Portanto, o conceito de Gramsci (1999), princípio educativo do trabalho, é

adotado nesta investigação por considerar que a humanização proporcionada pelo trabalho tanto mais é verdadeira quanto mais livre e democraticamente a atividade é desempenhada. Assim, o trabalho pode ser também educativo, gerador de conhecimentos novos e(ou) ressignificados. Esse princípio vem ligado às concepções marxianas de trabalho e *práxis* que, conforme Bottomore (2001), projetam a atividade humana, livre, autônoma e, conseqüentemente, criativa, capaz de radicalizar-se enquanto instrumento educativo.

Ainda, foi possível fazer relação entre as declarações dos sujeitos participantes desta pesquisa com o conceito de educação informal, conforme delimitado por Smith(1996), já que foi constatado a existência de aprendizados como fato comum nas atividades desenvolvidas no espaço de gestão democrática estudado, porém sem a organização planejada e/ou hierárquica.

Por fim, aprofundou-se e expandiu-se conceitos acima citados por meio da abordagem de educação para a autonomia, presente em Freire (2011), a qual é baseada na concepção de dialogia do conhecimento, em Freire (2001) e Freire (2011).

Por conseguinte, na terceira seção deste trabalho discorre-se sobre a metodologia utilizada, a qual foi abordada de forma detalhada na subseção desta apresentação.

Na quarta seção são apresentados os dados emergidos das pesquisas bibliográficas e de campo, contrapostos àqueles localizados na revisão documental também empreendida. Por meio dos conceitos elencados na pesquisa bibliográfica e da metodologia utilizada, foram realizadas análises e encaminhamentos direcionados à construção do produto educacional de forma a atingir-se o objetivo da pesquisa.

Ainda na quarta seção são realizadas análises pertinentes a textos legais relacionados à gestão escolar democrática brasileira, em particular aqueles ligados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Também se analisa a participação efetiva dos membros do CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre, de modo a investigar como ela costuma ocorrer e no que isso afeta ou pode afetar a característica de paridade de representação entre segmentos da comunidade interna no CONCAMP e a função deliberativa. Aliás, essas duas características, averiguadas como normatizadas para o CONCAMP no âmbito do IFRS, foram também objetos de investigação junto aos documentos institucionais de IFs em cada

região do Brasil, resultando na constatação que o CONCAMP no IFRS está na vanguarda quanto à democratização de órgão de representatividade no âmbito dos *Campi* de IFs. Com isso, chegou-se à conclusão de que ambas características são baluartes no sentimento de democracia deste órgão, junto aos membros da comunidade, participantes desta pesquisa.

Apresentando a metodologia:

A metodologia utilizada seguiu uma abordagem qualitativa, baseada nas interpretações do pesquisador e dos participantes da pesquisa. Pode ser caracterizada como estudo de caso, pois o objeto de estudo, o CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre, é um órgão de caráter central nos processos da instituição, que tem regulamentação básica única no âmbito da instituição, sendo semelhante em outros *Campi* do IFRS.

A investigação desenvolveu-se em dois momentos: a pesquisa documental e bibliográfica, que gerou dados relevantes ao tema e a base conceitual guia deste trabalho; e a pesquisa de campo, realizada junto a membros da comunidade acadêmica interna e externa do IFRS - *Campus* Porto Alegre, enquanto população envolvida na pesquisa.

Já a amostragem da pesquisa focou-se nos membros atuais e ex-membros do CONCAMP, além de integrantes da comunidade que nunca fizeram parte deste Conselho, ou seja, a atual composição do CONCAMP: 4 (quatro) representantes titulares de cada segmento da comunidade acadêmica e representantes externos, ou seja, 4 (quatro) técnicos administrativos, 4 (quatro) professores, 4 (quatro) estudantes e mais 2 (dois) membros da comunidade externa, totalizando 14 (quatorze) participantes. Ainda, foram envolvidos ex-membros do referido Conselho de até 2 (dois) mandatos anteriores ao atual, de técnicos, professores e membros da comunidade externa e 5 (cinco) mandatos de estudantes. Para cada uma dessas duas gestões foram envolvidos 3 (três) técnicos administrativos, 3 (três) professores, 3 (três) estudantes e 1 (um) membro da comunidade externa que já fizeram parte do CONCAMP, chegando-se a 19 (dezenove) ex-conselheiros. Por fim, foram incluídos 3 (três) técnicos administrativos, 3 (três) professores, 3 (três) estudantes e 1 (um) membro da comunidade externa que nunca atuaram no CONCAMP, mesmo como suplentes, chegando-se ao máximo de dez membros da comunidade que nunca

foram conselheiros. Desta forma, o número máximo de participantes chegou a 47 (quarenta e sete) pessoas. Porém, por dificuldades inerentes à pesquisa, este número total reduziu-se a 19 (dezenove) pessoas, mantendo-se, porém, a representatividade e caracterização acima descrita. A distribuição de participantes em cada grupo encontra-se detalhada no corpo do artigo.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, estes foram realizadas entrevistas abertas semiestruturadas e aplicados questionários com questões abertas e fechadas aos participantes da pesquisa.

Por fim, a metodologia de análise de dados deu-se por meio da análise do discurso dos participantes. Estes foram contrapostos e questionados perante as concepções pertencentes à base conceitual adotada, localizando sugestões e contribuições que conduziram à formatação do produto educacional de forma coerente com o campo “político-semântico” adotado, expressado nas ideias e valores apresentados no capítulo que trata a esse respeito. Com isso, não se tratou de ouvir apenas o que interessava dos participantes, mas compreender que a perspectiva de agir sobre a mudança social requer escolhas, as quais como pesquisador e interpretador tem-se que realizar coerentemente com a ideologia ou visão de mundo que se pretende imprimir nos resultados do trabalho.

Apresentando o estado da arte

De forma a reforçar a relevância à Área de Ensino do processo de investigação aqui apresentado, além de apontar outros referenciais teóricos, foi realizada uma breve revisão do tipo de Estado da Arte da temática em tela. Assim, foram buscados termos diretamente ligados ao problema de pesquisa em um importante portal de acesso à produção acadêmica brasileira nos últimos dez anos, ou seja, entre 2010 e 2019.

O site <http://catalogodeteses.capes.gov.br>* constitui-se em um repositório com dados disponibilizados por Programas de Pós-graduação ao sistema de coleta da CAPES, funcionando como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Neste Portal, procurou-se o termo “gestão democrática”, restringindo-se a produção por trabalhos na área de Ensino e foram localizadas 14 (quatorze) dissertações. Foram analisados os resumos destas dissertações para verificar qual o objeto empírico foco de cada pesquisa e foi possível apontar aos seguintes dados:

Quadro comparativo: trabalhos sobre “gestão democrática” x objetos empíricos

Quantidade de Trabalhos	Objeto Empírico
1	Ouvidoria universitária
1	Processos de gestão
1	Ambiente virtual
4	Perfis e práticas de gestão de Diretores/Gestores
2	Família
1	Avaliação Institucional
1	Formação de Gestores
3	Formação Continuada
1	Inclusão Escolar

Fonte: <http://catalogodeteses.capes.gov.br>, acesso em 25 Junho 2019

Com esses dados é possível concluir que as abordagens recentes com relação a esta temática são variadas e de relevância para a análise de diferentes objetos, mas nenhuma delas coincide com o objeto desta intervenção que diz respeito a participação da comunidade em uma instância de gestão democrática, o Conselho de *Campus*.

Ainda foram buscadas a expressão “Conselho de *Campus*” mesmo sem a utilização de filtros de pesquisa. O Portal da Capes retornou apenas uma dissertação, oriunda da Área de Administração, cujo objetivo foi “avaliar a viabilidade de um sistema de governança **corporativa** em um campus de um Instituto Federal”, caminho contrário aos nossos preceitos teóricos.

Após isso, utilizando-se os mesmos critérios, buscou-se o termo “educação política”, que retornou apenas dois resultados, um sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e outro sobre “gênero”. Por fim, ao buscar-se a palavra-chave “educação informal”, pelos mesmos critérios, constatou-se que, embora retorne um número alto de resultados - 3647 (três mil, seiscentos e quarenta e sete) - não foi possível localizar pesquisa com objeto empírico próximo ao desta investigação. Boa parte das pesquisas surgidas nessa busca abordam o uso de TICs, técnicas de ensino, formação continuada, currículo, entre outros. Porém, neste portal, não foi possível localizar trabalhos recentes a respeito da gestão escolar democrática.

Desta forma, por esta revisão, é possível destacar certa escassez de material recente que tenha enfoque, objeto de análise ou intervenção semelhante ao desta investigação. Este indicador pode contribuir para considerar este trabalho como relevante para a Área de Ensino e capaz de abrir caminho para que outros pesquisadores venham a se aprofundar nas questões aqui abordadas e possivelmente adotar diferentes soluções aos mesmos problemas.

1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar está exigindo novos modos de fazer e pensar a educação, novos espaços de diálogo e manifestações de opiniões e reivindicações, a fim de possibilitar uma formação política que contemple o novo modo de agir da comunidade escolar conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e demais legislações em vigor, que surgiram para reforçar as diretrizes instituídas pela Constituição Federal de 1988.

Nesta direção, profissionais da educação têm consenso sobre a importância da gestão democrática, em um sistema público de ensino, a qual não pode se reduzir apenas à aplicação de uma infinidade de métodos e técnicas. A administração escolar, ou gestão escolar, é portadora de especificidades que a diferenciam da administração capitalista, cujo objetivo principal é o lucro e pode utilizar-se de métodos impositivos e desumanizadores para atingir seu fim. Assim, aponta-se para a necessidade da comunidade escolar participar efetivamente da gestão da instituição de ensino numa perspectiva de ampliar sua autonomia.

Em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IF), instituição de ensino relativamente nova na realidade da educação brasileira, a institucionalidade, como componente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), está sendo construída e reconstruída pela comunidade escolar. Por compor a rede pública de educação, a qual, por dever constitucional e legal, precisa pautar-se pela gestão democrática, a relevância de instâncias de representatividade é engrandecida com a participação e envolvimento da comunidade.

Os IFs, desde quando criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, têm consultas para escolha de Reitor e Diretor-Geral paritárias, ou seja, atribui-se peso de 1/3 (um terço) às manifestações de cada segmento da comunidade interna: estudantes, técnicos e professores. Também nesta Lei está a definição de paridade de representação desses segmentos no Conselho Superior dos IFs, em seu Art. 10, § 3º:

[...] o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério

da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica (BRASIL, 2008, não paginado).

Esta característica fortalece os espaços de representatividade da instituição tornando bem mais significativo e necessário o envolvimento da comunidade nas decisões de gestão, pois boa parte das definições cabe a instâncias colegiadas, como o CONCAMP.

Este Conselho se caracteriza como um centro permanente de debate, de articulação dos objetivos e necessidades de vários setores de cada *Campus*, de busca de alternativas pedagógicas e administrativas, de manifestação e administração dos conflitos internos, de elaboração de propostas curriculares e de ação pedagógica, dentre outros.

O IFRS revisou recentemente os regimentos dos *campi*, por determinação de seu Conselho Superior. Nesta revisão, a composição dos CONCAMP teve redução no número de representantes por segmento e construiu-se uma base comum de funcionamento e competências aos CONCAMP dos *Campi do IFRS*. Entretanto, o caráter de paridade de representação entre os segmentos internos manteve-se. Sua função também não sofreu alteração, a qual é expressa igualmente nos textos do Regimento Geral do IFRS e do Regimento Interno do IFRS - *Campus* Porto Alegre, conforme segue:

Art. 49. O Conselho do Campus é o órgão superior normativo, consultivo e deliberativo por delegação de competência do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Art. 51. O Conselho do Campus tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFRS em cada campus, cabendo-lhe a supervisão das atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão (IFRS, 2019, p.19).

Destarte, muitas decisões tomadas no CONCAMP acabam tendo de ser referendadas pelo Conselho Superior, exceto aquelas delegadas aos CONCAMP. Isto faz parte da estrutura de administração descentralizada da instituição, por meio de gestão delegada.

Dada essa relevância, é indesejável que haja representações incompletas, reduzidas ou vazias, em qualquer segmento da comunidade, pois, além de reduzir a pluralidade de ideias, pode abrir espaço para questionamentos quanto à legitimidade do Conselho, à necessidade de paridade de representação, entre outros empecilhos

à permanência desta estrutura de gestão coletiva com sua atual configuração.

Além disso, para além dos conhecimentos construídos por meio da educação formal, a instituição que adota o conceito de formação integral precisa considerar a necessidade de estimular as pessoas serem politicamente ativas nos seus espaços de representatividade, compreendendo o que lá se passa. Com isso, é mais provável que também melhor compreendam demais dinâmicas políticas definidoras dos rumos da sociedade.

Em um contexto de sociedade autoritária, na qual naturaliza-se a administração vertical dos espaços de trabalho, a gestão democrática tem papel fundamental na autonomia das práticas de profissionais da educação e estudantes. Assim, a importância do envolvimento da comunidade na gestão da instituição não se restringe à atividade como membro das instâncias de participação, que é o alicerce e por si tem potencial pedagógico, mas possibilita que o trabalho realizado por estes profissionais e estudantes tenha origem menos impositiva, já que coletivamente construído, portanto, potencialmente educativo. Por isso, buscou-se nesta investigação relacionar o envolvimento do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre à formação e desenvolvimento da autonomia dos membros da comunidade ao desempenharem suas atividades laborais e(ou) estudantis.

Diante dessas considerações encontra-se o **problema** desta investigação instituído da seguinte forma:

“Como estimular a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no CONCAMP que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação não formal de seus integrantes?”

Já as **questões de pesquisa** que permeiam este problema são as seguintes:

a) Como se fundamentam os processos da gestão democrática, especialmente aqueles relacionados à educação informal e à formação política?

b) O CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, enquanto espaço de representatividade, debates, gestão democrática, pode ser visto como instância de educação informal e formação política dos seus membros representantes da comunidade?

c) As múltiplas representatividades que constituem o CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre contribuem para o desenvolvimento de formação política de

seus membros?

d) A produção de um material textual informativo pode contribuir para uma proposta de política institucional capaz de estimular a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no CONCAMP?

Com base no problema e nas questões de pesquisa citadas, definiu-se o objetivo geral da pesquisa da seguinte forma:

Analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no CONCAMP que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes.

Para alcançar esse objetivo geral foram definidos os objetivos específicos, elaborados da seguinte maneira:

a) Apontar os fundamentos que constituem o processo de educação informal e formação política, especialmente aquele que ocorre na gestão democrática;

b) Examinar o CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, enquanto espaço de representatividade, lutas, gestão democrática, averiguando se esta instância contribui para o desenvolvimento da educação informal e formação política dos seus membros representantes da comunidade.

c) Analisar as múltiplas representatividades que constituem o CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre verificando se contribuem para o desenvolvimento de formação política de seus membros.

d) Produzir um material informativo (proposta de política institucional de conscientização) que contribua para fomentar a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no CONCAMP.

Com o desenvolvimento desses propósitos, foi possível elaborar um produto educacional que se encontra no Apêndice A e tem a finalidade de incentivar a participação, auxiliar a comunidade e os membros deste Conselho fortalecer a qualidade de espaço democrático. Além disso, o produto educacional tem a finalidade de agir sobre a formação política aos estudantes e profissionais da educação do IFRS - *Campus* Porto Alegre, por meio do envolvimento em um espaço de gestão democrática.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho e educação

Os subsídios teóricos apresentados a seguir sustentam a necessidade de ambientes de trabalho e de uma sociedade democráticos, na busca por instituições de ensino capazes de formar cidadãos autônomos, críticos e participativos.

Nesta direção, buscou-se o conceito do 'princípio educativo do trabalho', desenvolvido na obra de Antonio Gramsci. Este conceito é visto como relevante pois sustenta-se na asserção de que o trabalho é característica ontológica do homem. Para Marx (2007), o trabalho é a atividade caracterizadora do ser humano, pois apenas o homem realiza trabalho de forma teleológica, ou seja, baseada em um planejamento prévio, com finalidades determinadas, utilizando-se de suas forças físicas e intelectuais para intervir na natureza. Assim o trabalho adquire sentido pleno e humanizador, que diferencia o ser humano dos demais animais. Pelo trabalho, o homem produz-se, produz e reproduz sua humanidade. Entretanto, no contexto do modo de produção Capitalista, em que o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, realizando atividades que lhe são estranhas, cujos objetivos não lhe dizem respeito, cujo planejamento não lhe é dado qualquer informação, o trabalho se torna um sacrifício. Ou seja, não há fruição ou prazer em executar uma atividade coagida:

Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de **fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e mentais** (MARX, 2017, p. 327-328, grifo nosso).

Então, por esta forma, o trabalho não é uma atividade educativa, pois o trabalhador alienado daquilo que produz também é alienado do conhecimento originário ou produto da sua atividade. Por isso, deve-se levar em conta que as dimensões da vida humana, de ordem social e de ordem natural, são mediadas pelo trabalho, atividade prática de intervenção humana-histórica, por isso política. Assim, o princípio educativo do trabalho advém desta relação entre homem, natureza e sociedade, mediada pelo trabalho, conforme menciona Gramsci:

O trabalho humano não pode ser compreendido em todo o seu poder de expansão e produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e da ordem legal que regula organicamente a vida dos homens em comum. Os homens devem respeitar essa ordem legal por meio de assentimento espontâneo, e não apenas como uma imposição externa - deve ser uma necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade, e não simplesmente o resultado da coerção. A ideia e o fato do trabalho (de atividade teórica e prática) era o princípio educacional latente na escola primária, pois é por meio do trabalho que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada dentro da ordem natural. A descoberta de que as relações entre as ordens sociais e naturais são mediadas pelo trabalho, pela atividade teórica e prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo livre de toda magia e superstição. Ela fornece uma base para o desenvolvimento subsequente de uma concepção dialética histórica do mundo, que compreende movimento e mudança, que aprecia a soma de esforço e sacrifício que o presente custou ao passado e que o futuro está custando ao presente, e que concebe o mundo contemporâneo como uma síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1999, p.178, tradução nossa).

Nesta direção, a finalidade da educação é construir pontes entre os pensamentos mágico e científico, entre a superstição e a cultura, entre o preconceito e os direitos civis, dentre outros avanços culturais, tendo como ponto em comum uma ética baseada no trabalho, como necessidade humana e seu progresso coletivo. O desenvolvimento técnico-científico não pode ser compreendido como mera demanda da acumulação capitalista, ou como forma de atingir objetivos socioeconômicos individuais ou mesmo de uma nação, mas como ação explicitamente humana-histórica de intervenção na natureza e na ordem social. Assim, a própria organização civil seria respeitada e defendida pelos direitos e deveres coletivos e individuais, mas coletivamente construídos pelo esforço físico-intelectual comum.

Gramsci destaca ainda a importância da relação entre trabalho, educação e organização política por meio do conceito de democracia e de como isso deveria conduzir a um tipo muito claro de formação do trabalhador, uma formação ampla, na qual a técnica e a cultura político-social fossem indissociáveis:

Mas democracia, por definição, não pode significar simplesmente que um trabalhador inapto torne-se especializado. Democracia deve significar que cada "cidadão" possa "governar" e que a sociedade o coloque, mesmo que apenas abstratamente, em uma condição geral de atingir esta meta. (GRAMSCI, 1999, p. 186, tradução nossa)

Por isso, em uma sociedade democraticamente justa, a formação de trabalhadores habilitaria todos à possibilidade de, pelo trabalho, assumir espaços

políticos, responsabilidades inerentes a papéis de dirigentes, conforme preceitos éticos, tanto quanto os habilitaria para desempenhar funções braçais. Porém, Gramsci chama de “ilusão verbal” este conceito de democracia, dado o tipo de escola que impera na realidade, na qual há a separação entre conhecimento para a produção técnico-econômica e conhecimento para a formação de dirigentes, servindo assim à forma de organização social que produz os, ou seja, “mamíferos de luxo”, expressão cunhada por Gramsci:

Nesta concepção de trabalho, o mesmo se constitui em direito e dever, e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que explorem e vivam do trabalho de outros, ou se caracterizem como, segundo a afirmação de Gramsci, mamíferos de luxo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 18).

Assim, entre os extremos “mamífero de luxo” e o trabalhador superexplorado, o horizonte buscado postula que o desempenho do trabalho seja livre, possibilitando aos sujeitos intervirem naquilo que realizam, ou seja, ter atuação política, como sujeitos dos processos produtivos, não meros objetos. Por isso, entendemos adequado relacionar o conceito marxista de *práxis* com a atividade de trabalhadores e estudantes em instâncias de gestão democrática, tal qual o CONCAMP. *Práxis* é definida por Marx, conforme verbete de Bottomore, como:

[...] atividade livre, universal, criativa e autocrítica, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da *práxis*, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “*práxis*” (BOTTOMORE, 2001, p. 292).

Com isso, esse conceito e o conceito de trabalho complementam-se. No trecho de conclusão do verbete “*Práxis*”, Bottomore (2001) finaliza o texto abordando questionamentos à definição marxiana de *práxis* por ser considerada prescritiva, ou de não tratar da realidade, dada a evidência de que na história humana houve sempre mais falta de liberdade e de criatividade do que o inverso. Segundo o autor, esta noção de atividade criativa, livre, não é descritiva ou normativa, mas projeta

potencialidades humanas, não como elas apenas são, mas como devem ser. Assim, justamente na liberdade e na criatividade residem os pontos-chaves da noção de práxis conforme delimitada por Marx.

Diante disso foi relacionado o caráter político-democrático de espaços de gestão coletiva à mobilização e criação de conhecimentos. Estas instâncias oportunizam profissionais da educação, estudantes e demais membros a intervirem nas relações administrativas da instituição, portanto instaurar um ambiente de trabalho e de estudo mais livre. Por consequência, suas respectivas ações podem ter maior autonomia e gerar conhecimento.

2.2 Educação informal

Quando se fala em educação informal, é quase norma opô-la à educação formal. Estudamos aqui um espaço de gestão democrática, o CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, o qual investigamos para averiguar se poderia ser classificado como um dos espaços de educação informal, entre outros, existentes em uma instituição de ensino, ou seja, espaço de educação formal. Encontramos relações entre a temática da educação informal nos dados obtidos na pesquisa de campo, realizada majoritariamente com servidores do IFRS, cujos relatos incluíram aprendizados que os participantes percebem ocorrer por meio das experiências com o CONCAMP.

Isso nos leva à busca de subsídios para classificar a forma de aprendizado relatada pelos participantes da pesquisa. Assim, temos três classificações de educação: formal, não formal e informal. Conforme Smith(1996), podemos classificá-las da seguinte maneira:

- *educação formal*: 'sistema educacional' hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos, as variedades de programas especializados e instituições de treinamento técnico e profissional;
- *educação informal*: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio - da família e de vizinhos, no trabalho e no lazer, no mercado, na biblioteca e nas diversas mídias de massa;
- *educação não formal*: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem (SMITH, 1996, p. 3, tradução nossa).

Também é interessante notar a relação que Smith (1996) faz entre educação formal, não formal, informal e currículo. O autor diagnostica, na educação não formal, a noção de currículo negociado, associado à necessidade de a educação atender os interesses dos estudantes. Assim, a participação dos estudantes na organização e planejamento curricular poderia habilitá-los a melhor compreender e, se necessário, alterar a estrutura social que os rodeia. Por fim, o diagnóstico é que a educação informal funcionaria com um não-currículo e baseada no diálogo. Ou seja, quanto mais distante da formalidade, mais liberdade os educandos parecem ter quanto à seleção do que aprendem.

Isto posto, essa contribuição teórica nos auxiliou a entender o CONCAMP como um espaço de educação informal, cujos aprendizados têm relação direta com a participação coletiva da comunidade. Entretanto, é a centralidade do papel de democratização das relações na instituição que mais chamou atenção em nossa análise, pois consideramos que as relações administrativas e pedagógicas são indissociáveis.

2.3 Gestão escolar democrática e participação política

Visando construir relações humanas em uma administração escolar democrática, superando práticas autoritárias, Paro (2002) propõe um conceito amplo de política. Assim, desvincula-nos da compreensão de política como luta entre grupos ou entre indivíduos. Longe de negar conflitos sociais, dadas as questões muito graves de classe, raça e gênero, é a transformação social que orienta nosso conceito de política:

[...] na perspectiva da transformação social, visando a uma sociedade que supere a dominação humana, faz-se necessária a consideração de um conceito de política que dê conta da nova situação posta no horizonte.

[...] não mais o conceito de política como luta política, mas o de política como prática democrática. A democracia, todavia, precisa ser entendida para além de seu sentido etimológico de governo do povo ou governo da maioria, para incluir todos os mecanismos, procedimentos, esforços e recursos que se utilizam, em termos individuais e coletivos, para promover o entendimento e a convivência social pacífica e cooperativa entre **sujeitos históricos** (PARO, 2002, p.15, grifo nosso).

Partindo da concepção de que “a essência do homem é o trabalho” (SAVIANI,

2007, p. 154), é marca histórica a divisão entre classes sociais que possibilita a alguns poucos viver sem trabalhar, por poder comprar o trabalho alheio e dele retirar a própria subsistência. Desde a apropriação privada da terra, surge inicialmente esta divisão, a qual se reproduz de forma mais complexa atualmente, mas mantendo-se a relação de opressão entre o trabalhador e seu “senhor”, por assim dizer. Por isso, é necessária a compreensão sócio-histórica de que as relações políticas estão diretamente relacionadas ao modo de produção, pois na dinâmica entre proprietário e trabalhador é dispensada a relação democrática, já que a obtenção do lucro não encontra obstáculo objetivo na submissão ou objetificação do trabalhador. Todavia, se nos pautamos pelo estabelecimento de uma sociedade de sujeitos humano-históricos, é essencial que a cooperação tome o lugar da submissão.

Ainda, na RFEPCT, a preparação para o mundo do trabalho, se aliada a uma formação baseada em relações democráticas, pode formar democratas pela apropriação da democracia enquanto cultura, ética, seus valores, ações e formas que a caracterizam na concepção ampla de democracia à qual nos associamos nesta pesquisa.

Como não há democracia sem verdadeiros democratas, e como estes não nascem prontos mas são construídos pela apropriação histórica da cultura proporcionada pela educação, é preciso instaurar um ensino fundado na aceitação mútua, em que o educando desempenha seu papel de educar-se como verdadeiro sujeito político, exercitando, na forma e no conteúdo, a relação pedagógica (democrática) imprescindível para a construção de uma sociedade que não seja fundada na dominação (PARO, 2002, p. 19).

Assim, a formação meramente tecnicista encontra adversários nas nossas concepções pedagógica e administrativa, indissociáveis ao falarmos de gestão escolar. A formação restritiva para a reprodução de determinadas tarefas é, na verdade, antipedagógica e ao mesmo tempo uma má ideia em termos administrativos.

Considerando que o fim da educação é a formação de seres humano-históricos, formação integral (ou *omnilateral*), este fim não será atingido se a concepção de ensino elimina aspectos da cultura tais como política e democracia. Ou seja, falha-se administrativamente ao não se atingir o fim da instituição educacional. Já se a concepção de educação visa à mera adaptação do educando por meio da transmissão de conhecimentos, aceita-se o risco de não atingir sequer este objetivo, dados os avanços dos estudos pedagógicos terem deixado claro que a

atuação autônoma é um dos principais componentes para o aprendizado e desenvolvimento humano legítimo e eficiente. Assim, a verticalização de regras por figuras de autoridade ou a imposição de dispositivos repressivos não contribuem para a construção de relações autônomas e democráticas, justamente o contrário.

Por isso, desconsiderar o educando como sujeito político, protagonista do seu próprio ato de educar prejudica o ato pedagógico em si. Isto também impossibilita ao educador ser sujeito da sua prática docente, pois tem como função principal atender demandas alheias, ou seja, externas mesmo à escola.

Ademais, Paro (2010) ainda afirma não ser possível, ou aceitável, a aplicação direta dos meios administrativos das empresas capitalistas sobre a administração escolar, dada a natureza diferente dos fins de ambos. Se o fim da escola é formar seres democráticos, aplicar meios antidemocráticos, comuns e vistos como eficientes na empresa capitalista, é não apenas contraditório, mas um obstáculo à obtenção deste fim, portanto administrativamente errado.

Finalizando esta relação entre gestão escolar e participação, em Libâneo (2008), a participação em uma escola (ou instituição escolar) tem dois sentidos articulados entre si: 1. Integração da comunidade, autonomia escolar e responsabilização nas decisões que afetam a todos; 2. Participação como ingrediente dos objetivos da escola: formação social, cultural, econômica, estética, ética, afetiva e intelectual. Ou seja, a participação não apenas como ferramenta de gestão, de responsabilização, de legitimação, mas também como parte da formação humana: objetivo da escola.

2.4 Participação política e autonomia

Em Paulo Freire encontra-se a definição da educação como ato intrinsecamente político, ato humano e humanizador.

[...] como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza... é prática indispensável dos seres humanos (dos homens e das mulheres) e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação (FREIRE, 2001, p. 10).

Assim, essa definição de historicidade por Freire tem plena relação com os

conflitos, contradições, acordos e mediações pertencentes à atividade de representatividade em instâncias de gestão democrática. Portanto, também por Freire, compreendemos que a participação política, em suas variadas formas, incluindo aquela sob a lente de nosso estudo, também é ato gerador e necessário à busca da autonomia.

A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é **processo**, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em **experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade**, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (FREIRE, 2011, p. 120 grifos nossos).

Não se necessita muito esforço para avaliar atividades de representatividade como *experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade*. Isso inclusive foi citado por membros e ex-membros do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre que entrevistamos, cujas falas ressaltaram este estímulo.

Certamente não se pode inocentemente caracterizar como autônoma toda e qualquer prática de representatividade, exatamente por compreender esta atividade como pedagógica, cuja construção é permanente. Porém, a sua importância apenas aumenta com esta constatação, pois precisamos necessariamente relacionar democracia e autonomia à liberdade. Assim, o exercício da participação representativa tem função pedagógica única nesta função política, já que não há “curso de representação política”, ou seja, não lidamos com um saber sistematizado, mas com um saber em boa parte informalmente construído.

Por isso, é relevante a abordagem de Saviani referente à submissão inicial aos atos necessários ao aprendizado, previamente à execução e utilização de conhecimentos já com autonomia:

[...] o automatismo é condição da liberdade [...] não é possível ser criativo sem dominar determinados mecanismos. Isso ocorre com o aprendizado nos mais diferentes níveis e com o exercício das atividades também as mais diversas. Assim, por exemplo, para se aprender a dirigir automóvel é preciso repetir constantemente os mesmos atos até se familiarizar com eles. Por isso o aprendiz não é livre ao dirigir. No limite, eu diria mesmo que ele é escravo dos atos que tem que praticar. Ele não os domina, mas, ao contrário, é dominado por eles. A liberdade só será atingida quando os atos forem dominados. E isso ocorre no momento em que os mecanismos forem fixados. Portanto, por paradoxal que pareça, é exatamente quando se atinge o nível em que os atos são praticados automaticamente que se ganha condições de se exercer, com liberdade, a atividade que compreende os referidos atos (SAVIANI, 2008, p.19).

Assim, a participação política em órgãos de gestão democrática emerge como atividade inicialmente subordinada ao aprendizado dos mecanismos e peculiaridades que a compõe, que após dominados, podem habilitar os sujeitos a desenvolverem-na com liberdade e autonomia, ela própria e também suas demais atividades, pois, como atividade política e de gestão, afeta todas as demais.

Esta relação entre aprendizagem e autonomia pode conduzir à compreensão da dialogicidade, enquanto característica do conhecimento, do processo educativo, das dinâmicas políticas, e das relações humanas, que se queiram humanizadoras, em uma proposta de relações libertadoras, baseadas em Freire (2005). Apenas com a dialogicidade constituem-se sujeitos de si mesmos, autônomos, mas constituindo sua autonomia por meio do diálogo, com o outro e com o eu.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 2005, p. 44).

Assim, a dialogicidade relaciona-se de forma ampla com o objeto de análise deste trabalho de pesquisa: a gestão democrática. Não se pode afirmar uma administração democrática que prescindia da dialogicidade, enquanto processo permanente, práxis, trabalho de homens e mulheres na busca pela eliminação de relações impositivas, assim podendo constituir-se como democráticas. Ou seja, é necessário pautar as relações administrativas pela natureza dialógica do conhecimento, pois não há conhecimento que possa ter proprietário, preso a uma pessoa, livro ou qualquer mídia, mas apenas é conhecimento vivo e útil se relacional, entre seres humanos, e mediado pelo trabalho. Assim, fazem ainda mais sentido relações democráticas no ambiente de trabalho.

Esta relação entre aprendizagem e autonomia, conceitos por vezes distanciados, faz-se muito próxima quando parte-se do conceito de inacabamento de Freire, o qual é imperativo para relações éticas e por isso democráticas,

respeitadoras da autonomia alheia e da própria. Freire(2011) faz esta consideração pensando a relação entre educador e educandos, porém ela é facilmente aplicável às relações de trabalho, considerando todos como seres aprendentes e mutuamente educadores.

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (FREIRE, 2011, p. 59).

Assim, dialogicidade relaciona-se com a autonomia por meio da consciência ética do inacabamento dos seres. Isto tem plena relevância para o objetivo deste trabalho, já que avaliando a participação na gestão democrática como ato pedagógico, esta atuação tem caráter pedagógico pela compreensão mútua da diferença e pelo aprendizado que as múltiplas representatividades ensejam. Também pela compreensão das diferenças, uma delas a de graus de conhecimento com relação ao CONCAMP, seu funcionamento e sua relevância para a instituição, já que o maior envolvimento com esta instância política obviamente reduz esta diferença e proporciona maior aprendizado aos sujeitos, e melhores condições de contribuir em favor deste modelo de gestão pública.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho de pesquisa deu-se por meio de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Utilizando-se o CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre como objeto de pesquisa, realizou-se um estudo de caso envolvendo a multiplicidade de representações existentes, ou seja, estudantes, professores, técnicos, representantes da comunidade.

Portanto, conforme Jabour; Wesley (2011), o principal objetivo do enfoque metodológico qualitativo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo por parte do pesquisador. Por isso, assume-se como central o papel do pesquisador no desenvolvimento deste trabalho, visando a descrição de um ambiente social, com foco na apreensão que os sujeitos envolvidos na pesquisa têm em relação ao dinamismo nas relações internas. Estas relações “iluminam-se” pela perspectiva dos participantes, captada pelo investigador, conforme Godoy (1995). Assim, por meio deste enfoque, pudemos gerar os dados necessários para as análises de que necessitávamos.

Além disso, conforme é possível depreender do trecho do texto de Moreira (2010) que segue abaixo, a abordagem definida como um estudo de caso se justifica pois estudar o CONCAMP de um IF é de alguma forma estudar algo bem mais amplo, como a própria instituição (ou ao menos o *Campus*) e muitos dos processos nela existentes, dada a relevância dos temas lá tratados:

[...] o estudo de caso encaixa em uma tradição holística de pesquisa segundo a qual as características de um a parte são determinadas grandemente pelo todo ao qual pertence. A compreensão das partes requer a compreensão de suas inter-relações no todo. É uma visão sistêmica que pressupõe que os elementos de um evento educativo, por exemplo, são interdependentes e inseparáveis e uma mudança em um elemento implica uma mudança no resto (MOREIRA, 2010, p. 13).

A investigação foi desenvolvida a partir de dois momentos: a pesquisa bibliográfica e de revisão documental que fundamentou e orientou todo trabalho, realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de leis, regulamentos, atas, livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet (GIL, 1991); e a pesquisa de campo que envolveu membros de cada segmento da comunidade, que estão atuando, atuaram ou que

nunca atuaram como Conselheiros no CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Parte relevante da revisão documental, constituída na análise de atas do CONCAMP, para verificação da participação efetiva dos membros deste conselho, se deu após contribuições oriundas dos participantes da pesquisa de campo. Os instrumentos de coletas de dados foram a realização de entrevistas abertas semiestruturadas com os sujeitos citados anteriormente e a aplicação de questionários com questões abertas e fechadas, gerando assim apontamentos sobre suas experiências, dificuldades, facilidades, aprendizados, com relação ao envolvimento com o CONCAMP.

3.1 Definição da população e amostragem da pesquisa

A população envolvida foi definida como a comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Assim, a amostragem efetiva da pesquisa focou-se na atual composição do CONCAMP, ex-membros deste Conselho e membros da comunidade que nunca foram conselheiros. Em cada um destes grupos buscou-se envolver membros dos segmentos da comunidade interna, ou seja, técnicos administrativos, professores e estudantes, na mesma proporção do quantitativo de atuais membros do conselho.

Entretanto, por indisponibilidade ou mesmo negativas de algumas pessoas, o número de participantes foi menor do que o inicialmente previsto, mas foi mantida a representatividade em cada grupo anteriormente definida, seja entre os segmentos, seja entre a condição de conselheiro, ex-conselheiro ou nunca conselheiro. Ao fim, participaram desta pesquisa alguns dos atuais membros deste conselho, sendo 3 (três) técnicos administrativos, 2 (dois) professores, 2 (dois) estudantes e 1 (um) membro da comunidade externa. Além desses, ex-membros do referido Conselho participaram da investigação na proporção: 4 (quatro) técnicos administrativos, 1 (um) professor e 1 (um) estudante. Por fim, outros sujeitos foram incluídos, sendo 3(três) técnicos administrativos, 1 (um) professor e 1 (um) estudante que nunca atuaram no CONCAMP, nem mesmo como suplentes. Foram recebidos, no total, 19 (dezenove) questionários respondidos e foram realizadas 12 (doze) entrevistas individuais, as quais somaram quase 300 (minutos) de conversas posteriormente transcritas pelo pesquisador. O inteiro teor dos questionários e dos roteiros de entrevistas utilizados compõe os Apêndices B e C deste artigo. Visando preservar o

anonimato dos participantes, o sigilo das informações e opiniões prestadas, citaremos apenas trechos das respostas, aqueles de maior relevância às análises e aos objetivos da pesquisa.

3.2 Metodologia de análise de dados

Para a análise dos dados obtidos foram utilizados recursos oriundos da análise de discurso. Assim, por ter sido adotada uma abordagem qualitativa, focada na interpretação das ações humanas por meio de registros escritos e de manifestações de fala, esse tratamento de análise de dados pareceu adequado, pois permitiu compreender o essencial das posições dos sujeitos perante a ideologia e, por consequência, suas formações discursivas, as quais são definidas por Orlandi (1997, p. 43) como: “[...] aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”.

A autora ainda auxilia compreender o papel da ideologia no ordenamento do discurso, ou seja, “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 1997, p. 46). Nesta perspectiva, a relação sócio-histórica ligada à ideologia possibilita a análise das condições de produção do discurso.

É ilustrativo sobre o funcionamento do discurso o seguinte trecho de abertura de palestra proferida por Michel Foucault:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao caso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1996, p. 5-7).

Assim, compreendendo que o sentido é produzido por meio da história, anterior e externamente aos sujeitos, mas que estes têm papéis sociais definidos, tal qual o pesquisador que se utilize deste campo do conhecimento, foi constatada a

necessidade do apoio da fundamentação teórica desta pesquisa para a análise do material disponibilizado, assim mapeando as regularidades dos processos de produção de discursos que compõem o *corpus* de análise.

Portanto, quanto às manifestações dos participantes da pesquisa de campo, como parte do *corpus* objeto deste estudo, destacaram-se as marcas linguísticas que denotam associação dos sentidos à determinada formação discursiva. Foram localizados registros que vieram ao encontro da construção do produto educacional em conformidade com os objetivos da pesquisa. Além disso, como contraponto, receberam destaque falas que apontam associação a ideologias diversas àquela que compreenda a gestão da educação como democrática e que os sujeitos participantes tenham autonomia e igualdade de oportunidades no desenvolvimento e participação neste trabalho de participação.

Para atingir tais feitos, foram direcionadas questões ao *corpus* em análise, buscando registros que as respondam, conforme os objetivos desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS: DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

4.1 Pesquisa de Campo: análises e encaminhamentos

A seguir são apresentadas as perguntas direcionadas ao *corpus* em análise, as respostas localizadas e respectivas considerações:

a) Qual a compreensão dos participantes da pesquisa quanto à importância do CONCAMP para a instituição e as relações democráticas?

- “órgão máximo que delibera sobre todas as questões de interesse do campus é um dos princípios da gestão democrática”;

- “às vezes as pessoas reclamam que não têm voz, ou porque não é divulgado onde elas podem levar os seus problemas”;

- “é bem complicado deixar nas mãos de uma pessoa só resolver a vida de tantas pessoas”

Estas manifestações, uma de cada segmento da comunidade do *campus*, expressam o entendimento quase unânime dos participantes da pesquisa de que o CONCAMP é essencial para a manutenção da democracia nas relações de gestão do campus Porto Alegre.

O que denota a formação política dos Conselheiros e ex-Conselheiros do CONCAMP do IFRS *Campus* Porto Alegre?

- Quais as funções de um conselheiro? “Fiscalizar os atos, colaborar, mudar normas”;

- Relações do conselho com demais atividades?

1 “[...] os servidores conselheiros são a tripulação; a direção, o motorista; e alunos os passageiros.”

2 “o técnico administrativo aqui é subalterno, então ele só cumpre ordens, **não tem voz**”.

- O campus é democrático? “Poderia ser mais democrático se a comunidade e os servidores participassem mais efetivamente”

Sobre estes registros, primeiramente, ressalte-se que se tratam de manifestações proferidas por servidores do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Este “lugar social”, por assim dizer, manifesta-se nas suas falas. Assim, pode-se vislumbrar uma motivação no porquê classificar os estudantes como “passageiros”, por exemplo. À primeira vista, esta expressão pode ter apenas relação com a precariedade do

vínculo do estudante com a instituição, ainda mais em um *campus* onde boa parte dos cursos ofertados têm pouca duração, com 1 (um) a 2 (dois) anos de duração nos cursos técnicos, maioria no IFRS - *Campus* Porto Alegre. Entretanto, percebam que tal caracterização a este segmento pode naturalizar uma relação de passividade quanto à gestão do campus, cabendo a este grupo, enquanto “passageiro”, apenas ser conduzido de determinado ponto a outro.

Já a utilização do termo “subalterno” inscreve a fala em um discurso autoritário, pois pode normalizar relações de opressão/submissão entre os segmentos da comunidade do *Campus*. Porém, em trecho da mesma fala há relação de causalidade com “o técnico não ter voz”. Ou seja, podemos entender que o envolvimento no Conselho e em outras esferas de gestão democráticas é entendido como o espaço onde o servidor técnico poderia escapar desta dinâmica e de fato “ter voz”.

Quanto à formação política, é interessante ressaltar que a atuação no CONCAMP não é aqui entendida como ato de *conformação* política, ou seja, de definição do conselheiro como pertencente à determinada ideologia política. Compreende-se o potencial pedagógico da ação política do Conselheiro justamente por esta ser dotada de autonomia delegada por seus representados, sem entretanto esvaziar-se de responsabilidade e responsabilização, mesmo que não se possa aferir estas últimas. Ou seja, não se confirmou por esta pesquisa que a atuação no conselho altere os conceitos políticos dos servidores, mas foi compreendido que isso os oportuniza refletir enquanto mobiliza tais conceitos.

Também, alguns aspectos abordados nesta pesquisa quanto à participação no CONCAMP confirmaram-se na fala dos membros da comunidade. A relação direta entre a participação e a qualificação do campus como democrático denotou uma associação à compreensão da ação dos membros da comunidade como parte responsável na construção de uma gestão democrática e assim mantê-la. Ou seja, não são apenas garantias legais ou regimentais que caracterizam uma instituição como democrática, mas o trabalho realizado pelos homens e mulheres que a compõem ao longo da história, que se percebem agentes desta concepção de gestão.

A próxima questão ao *corpus* em análise foi:

b) Quais conhecimentos e/ou quais conceitos/ características os participantes reconhecem ter desenvolvido enquanto Conselheiros no CONCAMP?

- “Ter que se posicionar”;
- “A paciência, a compreensão, tolerância, aceitar a voz divergente, negociar, construir busca de consenso, empatia, ouvir o outro”;
- “Legislação sobre o serviço público e administração pública, normas e leis relacionadas ao IFRS”;
- “Trâmites de uma reunião de um Conselho (regime de urgência, inscrição para falar, organização de debates, etc.)”;

Nestes registros de fala encontram-se manifestações de construção de conhecimentos de dois eixos, os quais têm relação direta com o Princípio Educativo do Trabalho. Nos dois primeiros registros: “ter que se manifestar” e “a paciência, a compreensão, ...” são habilidades tipicamente político-sociais, as quais convivem com a apropriação de conhecimentos técnicos/especializados, como “Legislação sobre o serviço público...” e “Trâmites de uma reunião...”.

Entretanto, esta divisão não é objetiva nesta análise, mas apenas metodológica. Isso se deve ao fato de compreender-se os conceitos ligados à aprendizagem de legislação e de tolerância, por exemplo, pertencentes ao mesmo campo semântico, pois ambas “habilidades” advêm da relação entre homens, sendo indissociáveis. Ou seja, não é de se espantar que se mobilizem tantos conhecimentos em uma mesma atividade, pois eles têm raízes comuns. Entretanto, no senso comum, estes conhecimentos acabam sendo caracterizados como tipos muito diversos. Pelo apagamento dos efeitos de sentido implementado pela ideologia dominante, é comum tratar o conhecimento de legislação, por exemplo, como meramente técnico, ou seja, ausente de relações políticas.

Com isso, a próxima pergunta direcionada aos dados da pesquisa de campo foi:

c) Quais são as possíveis ações para melhor envolver a comunidade com o CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre?

Primeiro grupo de ações:

- Poderia ser divulgado por cartazes;
- Manual, contendo informações sobre o CONCAMP, contatos, fluxos (Folder?)
- Reuniões sempre no auditório;
- Reuniões convocadas por conselheiros;

- Aumento da quantidade de vagas para a representação externa à comunidade do *Campus*;
- Momento específico nas sessões para manifestações da audiência.

Segundo grupo de ações:

- Canal na intranet “aconteceu no último CONCAMP”;
- Utilizar outros meios, como redes sociais;
- Divulgação de reuniões, pautas e das atas poderiam ser realizadas via e-mail institucional;
- Resumo postado no site;
- Divulgação da pauta e divulgação da ata das reuniões;
- Utilização de mídias, como o site;
- Botão na página do CONCAMP onde qualquer pessoa possa enviar as demandas e questionamentos;
- Divulgação da pauta e ata, **por e-mail**;
- Microvídeos informativos;
- Ferramenta de comunicação mais eficiente que o “Atom”;
- Algum mural, tipo assim “acontece no CONCAMP” alguma TV, não sei, alguma coisa que fosse visível para todo mundo;
- Serviço eletrônico de divulgação dos debates ou jornais, murais expondo os principais temas debatidos nas reuniões.

Terceiro grupo de ações:

- Formulários on-line com pesquisa de opinião;
- Pautas plebiscitárias;
- Enquetes.

Os registros acima, divididos em três grupos, compõem diferentes possibilidades de intervenção na realidade objetiva do CONCAMP.

O primeiro idealiza formas de participação mais diretas, seja pela informação ampliada a respeito do CONCAMP e suas funções, seja pela participação em reuniões.

O segundo grupo apresenta formas de divulgação das ações do CONCAMP por meio de mídias diversas, ou seja, qualifica positivamente a publicização ampliada dos atos como necessária à ampliação do envolvimento da comunidade com o Conselho. Certamente a divulgação por mídias sociais, seja das pautas e decisões ou informações do Conselho, pode visar a um mesmo resultado: aumento

na participação da comunidade de forma direta. Entretanto, o uso exclusivo de divulgação por meios digitais pode representar obstáculo aos membros da comunidade que não utilizam essas mídias ou não têm acesso. Por esse motivo, o desenvolvimento do material textual, produto desta pesquisa, objetivou o uso de meios físicos de divulgação principal, sem descartar sua reprodução em mídias digitais.

Já o terceiro grupo sugere formas de participação indiretas, como formulários, plebiscitos ou enquetes.

Os dois primeiros grupos de registros apontam para estratégias capazes de aumentar a mobilização da comunidade em torno do CONCAMP, por meio da maior circulação de informações sobre o Conselho junto à Comunidade. Assim, podem ser inscritas, em sua maioria, numa formação discursiva que compreende a participação como necessariamente complementar à representação no Conselho.

Em comparação, as ideias contidas no terceiro grupo de registros inscrevem-se no campo semântico que conceitua a representatividade como suficiente à gestão democrática, pois plebiscitos, enquetes ou formulários, embora manifestações políticas, são distantes e/ou indiretas e passíveis de direcionamento pelos sujeitos elaboradores. Ainda, estas formas de interação podem incentivar o distanciamento de membros da comunidade não conselheiros do CONCAMP.

Por fim, é importante relatar a inclusão de um questionamento nas entrevistas individuais sobre a “continuidade ou não da função deliberativa do CONCAMP no IFRS”, após diagnóstico pelos questionários de certa dissonância quanto a este aspecto. Assim, foi quase unânime a compreensão da necessidade de se manter essa função, conforme manifestações e ponderações abaixo:

- Responsabilização dos conselheiros quanto ao que decidem;
- Engessamento da gestão;
- Depende do uso, deveria ser apenas consultivo;
- Deve ser mais consultivo e manter-se deliberativo;
- Deliberativo, se consultar a comunidade como um todo;
- Avaliar a vinculação entre decisões do Conselho e ações do Diretor-geral. Só consultivo não vale nada;
- Quem deliberaria então? Só o diretor sozinho, pela sua vontade? Acho arriscado.

Desta forma, as divergências foram quanto à relação entre Conselho e Direção, podendo suscitar uma discussão futura sobre quais temáticas o Conselho poderia deliberar e quais competiriam ao Diretor. Porém, o valor do CONCAMP é percebido pela comunidade do *Campus* como ligado diretamente ao caráter deliberativo, por funcionar como um “contrapeso” às ações da Direção-geral. Por isso, esta característica compôs o “paradigma” de CONCAMP, parte do Produto Educacional.

4.2 Paridade e Deliberação: combinação incomum

A discussão acima conduziu a um diagnóstico comparativo entre a estrutura de representatividade no âmbito dos *Campi* do IFRS com a de outros 18(dezoito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de todas regiões do país. Assim, foram estudados os documentos institucionais: IFAM (2018), IFB (2017), IFBA (2013) IFCE (2018), IFES (2010), IFF (2011), IFFar (2016), IFG (2015), IFMG (2018), IFMS (2017), IFTM (2018), IFPI (2011), IFPR (2014), IFRN (2011), IFSC (2010), IFSP (2014), IFSul (2018) e IFTO (2018). Assim, verificou-se que, nestes IFs, instâncias representativas semelhantes nos *Campi*, quando existentes, na metade dos casos não têm caráter deliberativo, servindo apenas como instância consultiva.

Neste mesmo levantamento, foi localizado apenas 1 (um) Instituto Federal que regulamenta a paridade de representação entre os segmentos de cada *Campus* em órgão comparável ao CONCAMP do IFRS. Este, o IFB, contudo, determina apenas função consultiva ao órgão. Em boa parte dos Institutos Federais estudados, menciona-se nos seus regulamentos a paridade de representação para os segmentos da comunidade interna nestes órgãos de representatividade nos *campi*. Entretanto, determinam-se assentos a Diretores, Coordenadores, etc., objetivamente anulando o caráter paritário do órgão.

Portanto, o IFRS, com seus Conselhos dos *Campi* paritários e deliberativos, representa uma exceção se comparados com muitas outras Instituições pertencentes à RFEPECT. Entretanto, os membros da comunidade do *Campus* Porto Alegre do IFRS, participantes desta pesquisa, qualificaram ambas características como inalteráveis e necessárias para a qualidade democrática do Conselho.

4.3 Gestão democrática na educação pública: legislação

Já que a legislação sempre reflete os conflitos político-sociais, podemos observar registros de diferentes formações discursivas em um só texto. A Constituição Federal Brasileira traz em seu preâmbulo as bases do Estado Democrático, cuja função seria assegurar o exercício dos direitos sociais. A educação é listada no artigo 6º da CF como um dos direitos sociais.

Esse direito seria efetivado conforme o Artigo 206 “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”, inciso VI: “**gestão democrática** do ensino público, na forma da lei;” (grifo nosso).

Então, na Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a gestão da escola pública é definida como segue:

Art. 14. **Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica**, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Por consequência, no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, a Lei 11892/2006 instituiu uma Rede Federal que, na prática, inclui e ultrapassa o que se define como educação básica, pois oferta até a pós-graduação. A gestão democrática, no âmbito da RFEPCT, inclui como um de seus conceitos a representação paritária dos segmentos da comunidade acadêmica nos Conselhos Superiores, seus órgãos máximos deliberativos.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será **composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal**.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, **do Ministério da Educação** e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a **representação paritária dos segmentos** que compõem a comunidade acadêmica (BRASIL, 2008, grifos nossos).

A inclusão do conceito de paridade de representação no texto da Lei foi um

avanço democrático e, neste ponto, uma marca da hegemonia democrática nas disputas que levaram à construção desta Lei. Isto é ainda mais significativo se considerarmos que não há igual garantia por lei no âmbito das universidades, assim possibilitando gestões bem menos democráticas. Entretanto, a inclusão de representante do Ministério da Educação no Conselho Superior expressa um movimento contrário à gestão democrática autônoma, um controle externo, hierarquicamente superior, ou seja, expressa um discurso divergente, no mesmo parágrafo da Lei.

4.4 Participação no CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre

Para finalizar, foi realizada uma revisão documental sobre atas de reuniões do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, visando a análise da participação dos membros eleitos pela comunidade, por segmento, nas reuniões do Conselho em 10(dez) reuniões ordinárias ou extraordinárias. Mesmo que a metodologia qualitativa aqui adotada não preveja uma quantificação de dados, tornou-se necessário verificar objetivamente um problema surgido nas respostas obtidas pelas entrevistas e questionários: baixa participação dos estudantes no CONCAMP, em relação aos outros segmentos da comunidade.

Assim, foram objeto de análise os documentos CONCAMP(2018): Ata 08, Ata 07, Ata 06 - posse de novos membros, Ata 05 (sem *quorum* mínimo), Ata 02 - Reunião Extraordinária, Ata 01 - Reunião Extraordinária, Ata 04, Ata 03, Ata 02; além de CONCAMP(2019): Ata 02, extraindo-se os seguintes dados:

Quadro comparativo - Participações em reuniões do CONCAMP – IFRS - *Campus* Porto Alegre

Fonte de dados	Estudantes	Membros externos	Professores	Técnicos
Ata 02/2019	1	1	3 + 2 suplentes	4 + 1 suplente
Ata 08/2018	3	1	3 + 1 suplente	3
Ata 07/2018	4 + 2 suplente	0	4 + 1 suplente	4 + 1 suplente

Ata 06/2018 - posse de novos membros	4	0	4	4
Ata 05/2018 (sem quórum mínimo)	0	0	3	5
Ata 02/2018 - Extraordinária	1	1	3	5
Ata 01/2018 - Extraordinária	1	0	4	5
Ata 04/2018	1	1	4	5
Ata 03/2018	0	1	5	4
Ata 02/2018	0	2	5	4
Total de participações:	17	07	42	45

*Dados disponíveis em: atom.poa.ifrs.edu.br, acesso em 24/06/2019.

Primeiramente, as atas 02/2018 até 05/2018, incluindo-se duas referentes a reuniões extraordinárias, registraram um período em que a quantidade de vagas para representantes titulares para cada segmento da comunidade interna era de 5 (cinco), alterando-se para 04 (quatro) vagas a partir da reunião documentada pela Ata 06/2018, posse de novos membros. Mantiveram-se, no entanto, 2(duas) vagas para representantes da comunidade externa. Também houve uma reunião sem a formação do *quórum* mínimo (metade do total de membros mais um, incluindo-se o Presidente). Ainda, a reunião na qual houve a maior participação de representantes dos estudantes, documentada na Ata 07/2018, foi aquela em que foi pauta recurso referente aos auxílios da Assistência Estudantil. Esta observação corrobora a ideia de que a participação de alguns segmentos tem relação direta com os temas em discussão, visto que este tema afeta mais os estudantes. Isso também agrega na compreensão de que muitos temas são nebulosos aos estudantes, os afastando das discussões, ou seja, muitos significados fazem sentido apenas para os servidores do campus, fator também citado como obstáculo por representante externo entrevistado.

Assim, não houve dado mais explícito nesta investigação que a baixa participação dos estudantes, já que tal problema não afeta significativamente professores e técnicos. Desta forma, a paridade de representação recebe um golpe fatal na sua implementação prática. Assim, suscitou-se necessária uma ação efetiva para o aumento da participação dos estudantes nas decisões do CONCAMP do

IFRS -*Campus* Porto Alegre, a qual foi alvo do Produto Educacional deste trabalho.

Por fim, baseando-se nos dados, análises e argumentações até aqui apresentados, concluiu-se também pela elaboração de um modelo de campanha informativa, divulgando o CONCAMP junto à comunidade do IFRS - *Campus* Porto Alegre, visando contribuir nas dinâmicas de gestão democrática. Esta proposta vem acompanhada um modelo de política institucional que analisa o funcionamento e composição do CONCAMP conforme normas e práticas no *Campus* Porto Alegre e sugere quatro alterações nessas dinâmicas, tomando-o com paradigma.

Com isso, compôs-se um material textual formado por um modelo de política institucional de funcionamento e composição do CONCAMP, juntamente a modelo de campanha informativa, com três modelos de folhetos e seis modelos de cartazes/pôsteres, de diferentes conteúdos. Anteriormente à aplicação denominavam-se como Proposta de Política Institucional e os materiais informativos eram mais simples esteticamente e em menor número.

4.5 Análise e aplicação do produto educacional

O material foi submetido à apreciação e avaliação de membros da comunidade do *campus* Porto Alegre que já haviam participado nas etapas anteriores desta pesquisa, como forma de proporcionar uma devolutiva das suas contribuições anteriores e por, em conjunto, representarem a comunidade. Estes sujeitos somaram 19 (dezenove) pessoas a quem submetemos o Produto Educacional, das quais 6 (seis) participaram. Estes respondentes qualificam-se em 1 (um) professor nunca Conselheiro, 1 (um) estudante ex-conselheiro, 2 (dois) técnicos administrativos atuais conselheiros e 2 (dois) técnicos administrativos nunca conselheiros.

Apresentado o produto educacional, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com seis afirmações elencadas a seguir, sobre as quais solicitou-se que os participantes respondessem conforme se: concorda plenamente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente. Ao fim os participantes dispuseram de uma questão aberta para incluir comentários, críticas e demais observações. Por isso, conforme apresentam-se as respostas às questões fechadas, a seguir são feitas relações e análises sobre as manifestações incluídas na questão onde era possível incluir respostas abertas.

Com isso, à primeira afirmação: “A Campanha Informativa pode colaborar para incentivar a participação da comunidade no CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre”, os 6 (seis) participantes manifestaram plena concordância.

À segunda afirmação: “A Campanha Informativa apresenta informações pouco conhecidas do público geral do IFRS - *Campus* Porto Alegre.”, 5 (cinco) participantes disseram concordar plenamente e 1(um) participante manifestou concordância parcial, porém sem correspondente opinião, crítica ou contribuição na questão aberta.

À afirmação de número 3: “A Campanha Informativa proposta pode ser adaptada para aplicação em contextos diferentes do IFRS - *Campus* Porto Alegre”, tivemos a mesma distribuição de respostas da afirmação de número 2(dois), porém o participante que concordou parcialmente nesta questão foi um estudante ex-conselheiro, cuja crítica versou sobre necessidade de aprimoramento visual, e na questão anterior foi um técnico administrativo atual conselheiro, que não manifestou apontamento a respeito.

À quarta afirmação: “A formatação visual utilizada no material da Campanha Informativa deixa clara e acessível a informação apresentada.”, todas manifestações foram de plena concordância.

Na penúltima e quinta afirmação “As propostas de alteração no funcionamento e composição do CONCAMP podem incentivar a participação da comunidade neste Conselho.”, foram 4 (quatro) concordâncias plenas, e 2 (duas) discordâncias parciais. Um dos participantes discordou de todas as reuniões do CONCAMP ocorrerem no auditório ou local com maior capacidade de público e também discordou de incluir inscrições para falas da comunidade.

Para a última afirmação: “As propostas de alteração no funcionamento e composição do CONCAMP podem ser aplicadas em outros contextos.”, tivemos 3(três) respostas “concordo plenamente” e 3(três) respostas “concordo parcialmente”.

Portanto, considerando as contribuições dos participantes da aplicação do produto educacional, entre discordâncias, críticas e elogios, foi possível considerar o material desenvolvido capaz de atingir o objetivo desta pesquisa: incentivar a comunidade a participar do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Entretanto, houve adaptações ao produto educacional conforme os subsídios oriundos desta etapa da pesquisa, sobretudo quanto ao aspecto visual dos materiais dos modelos

de pôsteres e folhetos que compõem a campanha informativa. A denominação dos materiais anteriormente “Proposta de Política Institucional e Campanha Informativa”, passou a ser “Modelo de Política Institucional e de Campanha Informativa”.

A objetividade do modelo de política institucional também sofreu alterações, visando sua melhor aplicabilidade em demais instituições de ensino em Educação Profissional e Tecnológica pertencentes à RFEPCCT, focando-se no caráter de paradigma de conselho. Pois, sendo essas instituições regidas pela mesma legislação, têm estrutura administrativa semelhante, podem aplicar os mesmos conceitos de gestão democrática, paridade de representação e participação da comunidade, além de poderem também orientar-se pelas mesmas bases teóricas quanto à formação humana.

5 CONCLUSÕES

Considerando que o histórico político da sociedade brasileira apresenta longos períodos ditatoriais, além de sérios rompimentos democráticos, alguns bem recentes, a gestão democrática dos espaços escolares pode representar uma forma de resistência contra-hegemônica, mesmo que embrionária, pela educação para a democracia.

Esta assertiva encontra respaldo nas ideias expostas na seção deste trabalho em que se apresenta o Referencial Teórico, segundo o qual, numa perspectiva de educação pública técnica e tecnológica caracterizada pela formação integral do ser humano, a educação para a democracia só pode ocorrer coerentemente em um ambiente de trabalho também democrático. A defesa da participação na gestão democrática não se apoia apenas na necessidade de utilização destes mecanismos visando controle social da gestão pública, mas pelo tipo de formação humana que se tem como horizonte na instituição de ensino onde atuam trabalhadores em educação, educandos e demais membros da comunidade.

Com isso, pode-se concluir que a participação junto ao CONCAMP tem potencial para auxiliar servidores técnicos, professores e estudantes conduzirem-se à autonomia mais substantiva em suas atividades, pois podem tomar parte e responsabilidade pelo planejamento e organização do espaço onde desenvolvem suas respectivas atividades. Por isso, pelos achados das pesquisas teórica, documental e de campo, foi possível compreender que o incentivo à participação no CONCAMP pode funcionar como mediação à autonomia sociopolítica dos sujeitos membros da comunidade do IFRS - *Campus* Porto Alegre.

Entretanto, por meio desta investigação constatou-se que, caso desvalorizada a participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar, a representação neste espaço ocorre de forma concentrada em determinados grupos, assim repetindo vícios da democracia representativa, ou seja, uma certa elitização do processo representativo. Em um contexto de paridade formal de representação no CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, o que ocorre objetivamente é uma participação e conhecimento a respeito do Conselho perigosamente pequenos no segmento dos estudantes.

Por este contexto e por entender que a alteração do *status quo* só é possível

com a participação efetiva dos trabalhadores em todos os aspectos da vida política, tomou-se a decisão de criar um produto educacional com foco maior no elo mais fragilizado para a legitimidade e valorização do CONCAMP, os estudantes.

Assim, surgiu como destaque em nossa análise de dados o fato dos estudantes manifestarem desconhecimento do funcionamento, funções e mesmo da existência do CONCAMP. Nesta constatação, é necessário considerar o papel social e o contexto vivido muito diversamente por estudantes em relação aos servidores técnicos e professores, ou seja, não só a relação com a instituição é muito mais perene para os estudantes do *Campus*, mas o conhecimento dos órgãos e dinâmicas de gestão são de muito mais fácil acesso aos servidores da instituição, técnicos ou professores, comparados aos estudantes, ou aos representantes externos no Conselho.

Destarte, não se reduziu a importância da participação de professores, técnicos e membros externos no CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, tampouco a necessidade de ações para melhorias nesse sentido. Por isso, entendeu-se que este material, fortemente embasado nas observações dos participantes da pesquisa, pode também incentivar os demais grupos a participar e envolverem-se com o CONCAMP. Ainda, não há dúvidas que é possível criar outras formas, talvez mais efetivas, de incentivar a participação na gestão democrática, as quais demandarão estudos complementares, com cujos caminhos pretendeu-se colaborar por meio deste trabalho.

Ademais, cabe destacar que este trabalho também diagnosticou envolvimento muito baixo da comunidade externa, através de seus representantes, no CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre. Isto abre perspectivas de pesquisas futuras que possam contemplar a discussão de mecanismos capazes de reverter este quadro, visando que estas representações externas se façam mais efetivas, contribuindo para o fortalecimento desta instituição, que pública, demanda diálogo constante com a sociedade.

Diante dessas considerações, concluiu-se que há necessidade de incentivar maior participação no CONCAMP do IFRS – *Campus* Porto Alegre e por meio disso ativar um gatilho útil à formação política das pessoas membros da comunidade, o que não significa realizar uma conformação político-partidária. Entretanto, compreendendo a democracia como uma conquista civilizatória, esta não pode ser campo de disputas partidárias, ou colonizada por grupos de interesses, mas

conjuntamente aprimorada como marco inequívoco do avanço humano na arena educacional e, coerentemente, nas relações de trabalho. Esse modelo de gestão política objetiva a humanização do trabalho pela ampliação do envolvimento em dinâmicas democráticas e o consequente aprendizado que tal estruturação institucional organicamente demanda e produz.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. [tradução: Waltensir Dutra, organização, revisão e pesquisa bibliográfica suplementar: Antonio Moreira Guimarães]; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jan. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01 jan. 2018.

_____. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 01 jan. 2018.

CONCAMP. **Ata 02, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 16 de Abril de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-02-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 03, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 11 de Junho de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-03-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 04, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 16 de Julho de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-04-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 01, Reunião Extraordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 16 de Julho de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-01-2018-reuniao-extraordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 02, Reunião Extraordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 16 de Agosto de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-02-2018-reuniao-extraordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 05, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 13 de Agosto de 2018**. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-05-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 06, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 10 de setembro de 2018.** Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-06-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 07, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 15 de outubro de 2018.** Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-07-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 08, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 12 de novembro de 2018.** Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-08-2018-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Ata 02, Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Porto Alegre em 11 de março de 2019.** Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/index.php/ata-02-2019-reuniao-ordinaria>. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **Edital n.º 23/CMC/IFAM, de 14 de agosto de 2018 Normas do Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Educacional do Campus Manaus Centro**, 22p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/arquivos/eleicao-conselho-educacional-2018-2020/EDITAL23CONSELHOEDUCACIONALDOCAMPUS1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). **Organograma Institucional 2017, Anexo III da Resolução CONSUP 01/2017**, 4p. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/ANEXO%20III%20%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001_2017.pdf – Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). **Regimento Geral – Resolução Consup 26/2013**, 152p. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/regimento-geral-do-ifba.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Regimento Geral do IFCE, atualizado 2018**, 105p. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/copy_of_4REGIMENTOGERALDOINSTITUTOFEDERALDOCEAR022018.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Regimento Geral**, 2010, 47p. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/Regimento_geral/regimento_geral_atualizado_organograma_lista.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFarroupilha). **Regimento Geral do IFFarroupilha. Resolução CONSUP**

022/2016, 53p. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/3273/d2bc803e3ef64094a64411a183b6ea06>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE (IFF). **Regimento Geral, Resolução CONSUP 04/2011**, np. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iff/fluminense/legislacao/regimento-geral-do-iff>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Regimento do Conselho de Campus. Resolução CONSUP 003/2015**, np. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/98/resolucao062015.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). **Regimento Geral. Resolução CONSUP 15/2016**, np. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/legislacao/regimento-geral>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Regimento Geral. Resolução CONSUP 61/2017**, 108p. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/estatuto-e-regimentos/regimento-geral-do-ifms.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO (IFMT). **Regimento Geral, Resolução CONSUP 25/2018**. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/9c/67/9c67d20b-267e-41b8-8d2e-512113fb2d0b/regimento_geral_corrigido.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Regimento Interno Comum aos Campus do IFPR, Resolução CONSUP 08/2014**, 20p. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Anexo-Res.-08.141.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Regimento Interno Geral. Resolução 020/2011**, 321p. Disponível em: http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/ifpiregimento_completo.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Regimento Interno dos Campi. Resolução nº. 17/2011-CONSUP/IFRN, de 01/07/2011**, 40p. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos/regimento-interno-dos-campi>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Regimento dos Campi. Resolução CONSUP 054/2017**. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_054_17_Completa.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Regimento Complementar do Campus Porto Alegre do IFRS, conforme Resolução nº 030 de 16 de Julho de 2018.** Disponível em: http://atom.poa.ifrs.edu.br/uploads/r/instituto-federal-de-educacao-ciencias-e-tecnologia-do-rio-grande-do-sul-campus-porto-alegre/3/ff/3ffb0082acba9eef15ee4a971722ff3ac208d8476779020a78e735725cd586e3/30_Aprova_o_Regimento_Complementar_-_completo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Regimento Geral do IFRS.** Conforme Resolução no 064 de 23 de junho de 2010 e alterado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resoluções nº 79 e 80 de 22 de outubro de 2013, e Resolução nº 007, de 28 de março de 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno do Conselho de Campus do IFRS Campus Porto Alegre, conforme Resolução nº 104, de 18 de dezembro de 2012.** Disponível em https://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/conselho_perm_regimento_interno_aprovado_em_03-10-2012.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **Regimento Geral, resolução CONSUP 54 de 20/10/2010**, np. Disponível em: http://linkdigital.ifsc.edu.br/files/regimento_geral_atualizado2013.pdf. Acesso em: 09 set 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Regimento Geral, Aprovado pela Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013 Alterado pela Resolução n.º 7, de 4 de fevereiro de 2014**, 92p. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/regimentogeralifsp.html>. Acesso em: 09 set 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Regimento Geral, Aprovado pela Resolução CONSUP nº 98/2014 Alterado pelas Resoluções CONSUP nº 18/2015, 35/2015, 59/2015, 30/2016, 46/2016, 80/2016, 110/2016, 79/2017, 49/2018 e 138/2018**, 80p. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>. Acesso em: 09 set 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO). **Regimento Geral, Aprovado pela Resolução n.º 59/2018/CONSUP/IFTO, de 25 de setembro de 2018.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regimentos/regimento-geral-do-ifto/regimento-geral-ifto-2.pdf/@@download/file/regimento-geral-ifto.pdf>. Acesso em: 09 set 2019.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** Edições Loyola: São Paulo, Brasil, 3. ed. 79p., 1996;

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.143 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação: Ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. -Excertos In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: cut, 2005a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995

GRAMSCI, A. **Selection from the Prison Books**. London: ElecBook, 1999, 846 p.

JABOUR, C. J. C.; WESLEY, R. S. F., Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões, **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011;

LIBANEO, J. C. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educ. rev.**, Curitiba. n. 24, p. 113-147, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. Princípios e características da gestão escolar participativa. In: _____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008. p. 136 - 146.

MARX, K. **O Capital - Livro 1 (Português)**: São Paulo: Boitempo, 2017

MOREIRA, M. A. **Subsídios metodológicos para o professor pesquisador em ensino de ciências** - Porto Alegre: Instituto de física - UFRGS - 2010

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, 2002, vol.28, n.2, pp.11-23. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000200002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200002&lng=en&nrm=iso, acesso em 25 de Junho de 2019;

_____. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778,

set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>
acesso em 26 de Junho de 2019;

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10a ed.
Campinas: Autores Associados; 2008;

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos In: **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007;

SMITH, M. K. **What is non-formal education?** 1996. Disponível em:
<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>. Acesso em 10 jun. 2019.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL - IFRS
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**CONSELHO DE *CAMPUS*: ESPAÇO DE REPRESENTATIVIDADE, FORMAÇÃO
POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFORMAL - PRODUTO EDUCACIONAL**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

Orientador: Josimar de Aparecido Vieira

PORTO ALEGRE

2019

I. BASE TEÓRICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento deste produto educacional considerou o conceito de trabalho como princípio educativo, mediador das relações naturais e socioeconômicas, que em Gramsci (1999) tem relação de base com a democracia. Esta relação se estabelece apenas com uma escola única de formação de trabalhadores ampla em que técnica e cultura sejam indissociáveis. Assim, compreende-se que a atuação e participação junto ao Conselho de *Campus* tem caráter formativo, já que este conceito Gramsciano não significa apenas “aprender fazendo”, mas aprender pela mediação do trabalho entre o mundo natural e o mundo das relações humanas.

[...] democracia, por definição, não pode significar simplesmente que um trabalhador inápto torne-se especializado. Democracia deve significar que cada “cidadão” possa “governar” e que a sociedade o coloque, mesmo que apenas abstratamente, em uma condição geral de atingir esta meta (GRAMSCI, 1999, p. 186, tradução minha).

Assim, a formação proporcionada pela escola não seria integral, tampouco democrática e justa, caso não oportunize a todos as condições, mesmo que abstratas, para assumir posições de gerência. Ou seja, uma formação focada nas especialização técnica que exclua as relações sociopolíticas inerentes às atividades produtivas fracassa no seu objetivo, caso tenha-se no horizonte uma sociedade justa e menos desigual.

Conforme Marx (2017) o trabalho é a atividade caracterizadora do ser humano, pois apenas o homem realiza trabalho de forma teleológica, ou seja, baseada em um planejamento prévio, com a finalidade de atingir determinado objetivo, utilizando-se de suas forças físicas e intelectuais para intervir na natureza. Desta forma toda intervenção na natureza, ou nas relações humanas, é caracterizadora do homem, diferenciando-o dos demais animais, justamente pelo planejamento prévio e a meta a atingir-se. Porém, no contexto do Capitalismo, onde o trabalhador é objeto, recurso, sua atuação lhe é estranha, estranhada e pouco ou nada tem de intervenção consciente ou autônoma, pois é submetido à obrigação de vender seu trabalho para garantir sua subsistência e assim

proporcionar lucro àquele que o compra. Assim, temos normalizadas relações de domínio e submissão na esfera privada do mundo do trabalho, as quais acabam reproduzindo-se na esfera pública, onde tal dinâmica de trabalho põe em risco e, ao mesmo tempo, não condiz com o conceito de gestão democrática.

Numa perspectiva de educação pública técnica e tecnológica caracterizada por uma formação integral do ser humano, a educação para a democracia só pode ocorrer coerentemente em um ambiente de trabalho também democrático. Ou seja, a defesa da participação na gestão democrática não se apoia apenas na necessidade de utilização destes mecanismos de gestão, de controle social da gestão pública, mas pelo tipo de formação humana que se tem como horizonte na instituição de ensino onde atuam estes trabalhadores em educação, educandos e demais membros da comunidade.

Com isso, quer-se dizer que a participação junto ao Conselho de *Campus* (CONCAMP) tem potencial para auxiliar técnicos, professores e estudantes conduzirem-se à autonomia mais substantiva em suas atividades, pois podem tomar parte e responsabilidade pelo planejamento e organização do espaço onde desenvolvem suas respectivas atividades. Por isso, pelos achados de uma pesquisa teórica, documental e de campo, compreendeu-se que o incentivo à participação no CONCAMP, tanto quanto mais consistente for, mais este espaço de representatividade pode servir como mediação para a autonomia sociopolítica dos sujeitos membros da comunidade do IFRS - *Campus* Porto Alegre, ou seja, constituir-se espaço também pedagógico.

Diante das considerações iniciais, apresenta-se a seguir o produto educacional desenvolvido por meio da pesquisa “Conselho de *Campus*: espaço de representatividade, educação política e educação informal” cujo objetivo é incentivar a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no seu CONCAMP.

Trata-se de um material textual que aborda um modelo de política institucional, composta de duas partes, voltada para o incentivo à participação da comunidade no CONCAMP:

II. DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL:

A – MODELO DE CAMPANHA INFORMATIVA:

Utilização: pode ser sazonal, em períodos de inscrições para eleições de Conselheiros ao CONCAMP. Ainda pode ser utilizada na ocasião de ingresso de novos estudantes e servidores ou mesmo permanentemente disponibilizada de forma digital.

Composição:

Este modelo de campanha traz materiais para publicação em murais e distribuição em média escala à comunidade do *Campus*, contendo informações iniciais e básicas específicas a respeito do funcionamento, composição, competências, relevância e significado do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, sua estrutura interna e sua relação com a estrutura institucional. Também refere-se a benefícios da participação neste conselho, focando-se nos conhecimentos relacionados à atividade no CONCAMP e na importância desta instância na gestão democrática.

- 3 (três) modelos de folheto/folder;
- 6 (seis) diferentes modelos de cartazes/pôsteres
- Um modelo de folheto/folder com informações em maior quantidade e dois modelos com visual mais enxuto e conteúdo resumido a informações introdutórias;
- Os 6(seis) modelos de cartazes (que também podem ser impressos como pôsteres) trazem informações divididas em temáticas, rápidas, introdutórias e de fácil compreensão sobre o CONCAMP;

Os documentos acima descritos compõem apêndices deste texto.

B – MODELO DE DINÂMICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Inicialmente destaque-se que as estruturas, composição e funcionamento atuais dos Conselhos de *Campus* no âmbito do IFRS (em especial o CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, nosso objeto de estudo), da forma como são, já representam grande conquista para a gestão democrática de instituição. No IFRS, os Conselhos de *Campus* contam com paridade de representação entre os segmentos da comunidade interna, representação externa, e têm competência deliberativa por delegação de competência do CONSUP, assim representando a mais importante instância de gestão democrática no âmbito dos *campi* do IFRS. Este diagnóstico é ainda mais significativo se compararmos os CONCAMPs do IFRS a estruturas semelhantes em outros Institutos Federais pelo país, nos quais, na maioria dos casos, esta instância é substituída por conselhos de coordenadores, ou conselhos de gestores, muitas vezes sem representação significativa dos segmentos da comunidade e, em muitos casos, sem competência deliberativa, apenas consultiva.

Nesta direção, o IFRS se destaca no cenário nacional, pois mesmo nos Institutos Federais que contam com Conselhos nos seus *campi* e que determinam paridade de representação entre os membros da comunidade, acabam não praticando esta paridade ao incluírem como conselheiros os diretores e coordenadores. Entretanto, o IFRS age semelhantemente em seu Conselho Superior ao incluir em sua composição os Diretores-gerais.

Por isso, considerando as contribuições obtidas em nesta pesquisa, enquanto modelo de política institucional passível de reprodutibilidade em contextos externos ao IFRS, principalmente em instituições componentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, regidas pela lei 11.788/2008, são definidos dois pontos fundamentais para a caracterização de um Conselho de *Campus* democrático e coerente com uma formação humana integral:

- **Composição Paritária** entre os segmentos da comunidade (sem assentos exclusivos para diretores sistêmicos e/ou coordenadores, os quais podem exercer função consultiva ao Conselho e ao Diretor-geral);

- **Função Deliberativa**, com determinadas competências delegadas pelo Conselho Superior da instituição.

Partindo destes fundamentos, este modelo de política institucional sugere possíveis alterações nas dinâmicas e composição do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre, poucas, mas necessárias justamente para interferir na realidade concreta, vislumbrando um horizonte onde as conquistas da gestão democrática ainda remanescentes, serão ainda mais necessárias e a defesa permanente da instituição, enquanto órgão público, legitimada pela consistente participação democrática.

Diante desses pressupostos, as ações sugeridas a seguir podem associar-se à campanha informativa, e tratam da relação do *CONCAMP* com a Comunidade, descrevendo dinâmicas de funcionamento, de divulgação, de participação e de número de vagas para a representação da comunidade externa:

I) Local das reuniões ordinárias e extraordinárias do CONCAMP no Auditório Térreo (no caso do Campus Porto Alegre), ou auditório/ sala de mais fácil acesso e/ou com melhor acomodação do público interessado em acompanhar as sessões;

Objetiva facilitar a participação e acompanhamento das reuniões por parte de qualquer membro da comunidade, pois a realização das reuniões em uma sala pequena contempla uma participação efetiva tão somente dos conselheiros e limita a um pequeno número de espectadores, o que não beneficia o Conselho, tampouco a participação da comunidade.

II) Divulgar, para toda a comunidade, as sessões do Conselho de campus, suas pautas, dia, horário e local das sessões via e-mail, sítio da internet, redes sociais, etc.;

Atualmente no IFRS *Campus* Porto Alegre as convocações para as reuniões são as únicas formas de divulgação da realização das reuniões do CONCAMP, fazendo com que os demais membros da comunidade dependam da comunicação de seus representantes para tomar ciência das datas, horários e

principalmente dos temas que poderão ser pauta das reuniões. Assim, a ampliação para toda a comunidade da divulgação, mesmo se apenas da convocação encaminhada aos conselheiros, oportunizaria um maior envolvimento da totalidade da comunidade do *Campus* quanto às discussões, decisões e desempenho dos representantes.

III) Encaminhar alteração de regimentos/ resoluções de forma a aumentar a quantidade de vagas para membros externos, visando igualar-se ou aproximar-se da quantidade de vagas destinadas aos segmentos docente, discente e técnico no CONCAMP;

Esta proposta visa iniciar um movimento para maior abertura do Conselho à comunidade externa, para a participação mais consistente e efetiva deste segmento composto por representantes da sociedade civil. Estes representantes podem proporcionar a escuta das demandas da sociedade e uma legitimação mais eficiente da instituição perante o público, na medida em que também assim pode se tornar menos nebulosa enquanto Instituto Federal, considerando a sua ainda jovem institucionalidade.

Como o Regimento dos *Campi* do IFRS Resolução CONSUP IFRS 054/2017, em seu artigo 6º, Inciso V, determina “no mínimo 1 (um) e no máximo 3(três) representantes titulares da comunidade externa e seus respectivos suplentes”, no caso do IFRS - *Campus* Porto Alegre, seria necessário alteração no Regimento Complementar, Resolução CONCAMP POA 30/2018, para o aumento da quantidade de vagas para representantes externos para 3 (três), já contemplando a ideia desta proposta.

Assim, a proposta de texto para a referida alteração é a seguinte:

“Art. 6º, V - 3 (três) representantes titulares da comunidade externa e seus(suas) respectivos(as) suplentes, indicados(as) por organizações, a partir de edital próprio que o Conselho do Campus elaborará e fará publicar, e eleitos(as) por maioria do Conselho do Campus.”

Nos demais *Campi* do IFRS pode variar este quantitativo, assim, cabendo a análise particular de cada caso quanto à pertinência desta proposta.

Portanto, o que se objetiva é aumentar a participação da comunidade externa, sem afetar a situação de maioria absoluta de representantes pertencentes à comunidade interna.

IV) Alterar regimentos/resoluções para inserir momento específico das sessões ordinárias do CONCAMP destinado a manifestações do público (sujeitos não conselheiros), limitadas a 3 (três) minutos cada e a 3 (três) inscrições por sessão;

Justifica-se essa proposta por razão que também permeia a intencionalidade das três propostas anteriores, incentivar a participação da comunidade e envolvimento dela com o CONCAMP. Isto, além de pouco afetar a dinâmica das reuniões, pois pode ser incluído antes do expediente, conforme nossa proposta, ou alternativamente após vencida a pauta, proporcionaria um estímulo ao comparecimento do público às reuniões, sabendo que poderão inscrever-se para manifestar suas opiniões ou demandas ao conselho, aos Conselheiros ou à Direção. Saliente-se que os conselheiros já contam com os momentos tanto no expediente das reuniões ordinárias quanto nos “assuntos gerais” para manifestar réplica ou qualquer comentário às eventuais manifestações do público.

Esta proposta pode ser levada a cabo com encaminhamento de inclusão de dispositivo, no caso do IFRS - *Campus* Porto Alegre, no Regimento Interno do Conselho de Campus (em vigor Resolução CONSUP/IFRS 104/2012) cujo texto sugerimos abaixo:

“Art XX - Haverá nas reuniões ordinárias do CONCAMP do IFRS - Campus Porto Alegre, anteriormente ao período de expediente, abertura de até 3(três) inscrições para falas da comunidade, com duração de até 3(três) minutos cada.

Parágrafo Único – As inscrições referidas no caput destinam-se a membros da comunidade externa ou interna que não sejam na ocasião Conselheiros, titulares ou suplentes”

III. JUSTIFICATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Por fim, cabe ressaltar que o material aqui produzido advém da intencionalidade mais fundamental de todo este Produto Educacional, que se trata de alterar a forma de enxergar o *CONCAMP* e com ele lidar. Não se pode aceitar que a responsabilidade da comunidade quanto a essa instância inicia-se e encerra-se nos momentos em que há eleições para representantes, os quais assumirão inteira responsabilidade pela condução deste órgão. Esta pesquisa concluiu que essa forma de lidar com as instâncias democráticas é exatamente um dos principais problemas na democracia representativa e causadora de despolitização em geral.

Assim, por entender que o envolvimento político local é formativo para todos os membros da comunidade e que a participação política é complementação indispensável na esperança de construção de um sistema e relações políticas democráticos, é necessário que o estímulo ao envolvimento com a gestão democrática transforme-se em política institucional. Do contrário, a instituição depende quase que exclusivamente do voluntarismo de alguns membros da comunidade em participarem de tais instâncias, muitas vezes sem um legítimo interesse em desempenhar esta função, justamente por desconhecer-la, suas funções, seu funcionamento e sua relevância para a gestão democrática.

Destarte, qualquer ação institucional que seja ao mesmo tempo esclarecedora e combine dinâmicas que envolvam a comunidade nas ações das instâncias de representatividade podem trazer benefício direto à formação política para a democracia dos sujeitos que interagem na comunidade.

Assim, não se trata de um material prescritivo ou restritivo àquilo que aqui propõe-se, mesmo que se defenda determinados alicerces, tais como a paridade e a função deliberativa. Entretanto, estas propostas de alterações nas dinâmicas de trabalho do *CONCAMP* do IFRS - *Campus* Porto Alegre visam especificamente imprimir uma marca na realidade objetiva com a qual confrontou-se na pesquisa desenvolvida e sem a qual não haveria material para a reflexão realizada.

IV. APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este produto educacional foi aplicado por meio de apreciação e avaliação de membros da comunidade do IFRS - *Campus* Porto Alegre que já haviam participado nas etapas anteriores desta pesquisa, como forma de proporcionar uma devolutiva das suas contribuições anteriores e por entender que em conjunto representa todos os segmentos da comunidade. Estes sujeitos somaram 19 (dezenove) pessoas a quem submetemos o Produto Educacional, das quais 6 (seis) encaminharam respostas às perguntas avaliativas.

Os participantes desta etapa qualificam-se em 1 (um) professor nunca Conselheiro, 1 (um) estudante ex-conselheiro, 2 (dois) técnicos administrativos atuais conselheiros e 2 (dois) técnicos administrativos nunca conselheiros.

Apresentados ao produto educacional, os sujeitos foram convidados a manifestarem-se conforme as seis afirmações elencadas a seguir se: concorda plenamente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente. Também puderam manifestar opiniões, críticas e demais contribuições em uma questão aberta. Por isso, conforme apresentam-se as respostas, procedem-se considerações e análises das respectivas manifestações registradas na questão para respostas abertas.

Com isso, à primeira afirmação: “1- A Campanha Informativa pode colaborar para incentivar a participação da comunidade no CONCAMP - do IFRS Campus Porto Alegre”, os 6(seis) participantes manifestaram plena concordância.

À segunda afirmação: “2 - A Campanha Informativa apresenta informações pouco conhecidas do público geral do IFRS - Campus Porto Alegre.”, 5 (cinco) participantes disseram concordar plenamente e 1(um) participante manifestou concordância parcial, porém sem correspondente opinião, crítica ou contribuição na questão aberta.

À afirmação de número 3: “A Campanha Informativa proposta pode ser adaptada para aplicação em contextos diferentes do IFRS - *Campus* Porto Alegre”, tivemos a mesma distribuição de respostas da afirmação de número 2 (dois), porém o participante que concordou parcialmente nesta questão foi um estudante ex-conselheiro, cuja crítica versou sobre necessidade de aprimoramento visual, e na questão anterior foi um técnico administrativo atual

conselheiro, que não manifestou apontamento a respeito.

Quanto à afirmação: “4 - A formatação visual utilizada no material da Campanha Informativa deixa clara e acessível a informação apresentada.”, todas manifestações foram de plena concordância.

Na penúltima e quinta afirmação “5 - As propostas de alteração no funcionamento e composição do CONCAMP podem incentivar a participação da comunidade neste Conselho.”, tivemos 4(quatro) concordâncias plenas, e 2 (duas) discordâncias parciais. Assim, um dos participantes manifestou discordar da proposta de alteração das dinâmicas do conselho na qual todas as reuniões deveriam ocorrer no auditório ou local com maior capacidade de receber o público, também discordou da proposta de inclusão de inscrições para falas da comunidade. Outro participante manifestou discordância com o encaminhamento para a paridade de participação no conselho para a comunidade externa, mas concordou com a abertura do tema para discussão na comunidade.

Para a última afirmação, “6 - As propostas de alteração no funcionamento e composição do CONCAMP podem ser aplicadas em outros contextos.”, tivemos 3 (três) respostas “concordo plenamente” e 3 (três) respostas “concordo parcialmente”.

Por fim, visando melhor entendimento das manifestações recebidas, e que o conteúdo delas não afeta o anonimato, conforme princípios éticos de pesquisa, são listadas a seguir:

- 1) Não considero necessária a realização das reuniões em auditório, pois estes espaços podem servir de "palanque" para alguns poucos conselheiros impor suas ideias e opiniões, inclusive à revelia do segmento que representa.
- 2) As manifestações do público (sujeitos não conselheiros) podem ser feitas por escrito e lidas pelo Presidente. As reuniões são muito longas e não vejo necessidade das falas, visto que os representantes dos segmentos foram eleitos para isso.
- 3) O material (pôster e folder) ficaram lindos e com muita clareza nas informações.

Apesar das informações nos cartazes estejam apresentadas de forma clara e acessível, faz-se mister aprimorar um pouco aspecto visual e arte final dos

cartazes, tendo em vista que tal meio informativo deve chamar a atenção do seu leitor, para que este também divulgue os assuntos abordados em seu grupo de vivências (seja de alunos e servidores do campus)
Parabenizo o mestrando pelo excelente trabalho
Uma sugestão seria o envio das atas para a comunidade. Sobre a participação da comunidade externa não estou de acordo com a paridade, mas cabe uma discussão mais ampla com a comunidade e no próximo regimento. Parabéns pelo trabalho.
Penso que as propostas de alteração, em especial, melhoria na comunicação das reuniões, espaço físico e inserir tempo para manifestação do público, podem aproximar a comunidade e incentivar a participação.

Considerando as contribuições dos participantes da aplicação do produto educacional, entre discordâncias, críticas e elogios, é possível entender que o material desenvolvido é capaz de atingir o objetivo desta pesquisa: incentivar a comunidade a participar do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre. Entretanto, realizou-se adaptações ao produto educacional conforme os subsídios oriundos desta etapa da pesquisa, sobretudo quanto ao aspecto visual dos materiais dos modelos de pôsteres e de folder que compõem a campanha informativa.

Também houve alterações no material, deixando mais explícito o objetivo do modelo de política institucional especificamente como passível de aplicação em qualquer instituição de ensino em Educação Profissional e Tecnológica pertencente à RFEPECT, já que, regidas pela mesma legislação, têm estrutura administrativa semelhante, podem aplicar os mesmos conceitos de gestão democrática (paridade de representação, competência deliberativa e participação da comunidade), além de poderem também orientar-se pelas mesmas bases teóricas quanto ao modelo de formação humana ao qual a instituição dedica-se.

REFERÊNCIAS DO PRODUTO EDUCACIONAL

IFRS – Regimento Complementar do *Campus* Porto Alegre do IFRS, conforme Resolução nº 030 de 16 de Julho de 2018. Disponível em: http://atom.poa.ifrs.edu.br/uploads/r/instituto-federal-de-educacao-ciencias-e-tecnologia-do-rio-grande-do-sul-campus-porto-alegre/3/ff/3ffb0082acba9eef15ee4a971722ff3ac208d8476779020a78e735725cd586e3/30_Aprova_o_Regimento_Complementar_-_completo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Regimento dos Campi do IFRS - Resolução Consup nº 054, de 15 de agosto de 2017 e alterado pela Resolução nº 068, de 11 de dezembro de 2018** Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_054_17_Completa.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Regimento Geral do IFRS, conforme Resolução no 064 de 23 de junho de 2010 e alterado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resoluções nº 79 e 80 de 22 de outubro de 2013, e Resolução nº 007, de 28 de março de 2017.** Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno do CONCAMP do IFRS - Campus Porto Alegre, conforme Resolução nº 104, de 18 de dezembro de 2012.** Disponível em: https://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/conselho_perm_regimento_interno_aprovado_em_03-10-2012.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

GRAMSCI, A. **Selection from the Prison Books.** London: ElecBook, 1999.

MARX, Karl. **O Capital - Livro 1 (Português):** São Paulo: Boitempo, 2017.

Imagens: www.google.com

Designs: www.canva.com/ www.piktochart.com

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS TEXTUAIS

1 – MODELOS DE FOLHETOS/FÔLDERES

a) De cor azul-clara, contém informações a respeito do significado, funcionamento, composição, competências e importância do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre;

b) De cor preta e capa com letreiro verde, com ilustrações de fundo, traz informações sobre o significado, competências, composição e funcionamento do *CONCAMP do IFRS - Campus* Porto Alegre;

c) De cor predominantemente verde, aborda as funções, a composição, o caráter paritário, a eleição e a duração do mandato dos conselheiros do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre;

2 – MODELO DE PÔSTER “O que é o CONCAMP”, contendo informações resumidas de forma didática sobre o Conselho de Campus;

3 - MODELO DE PÔSTER “Quem compõe o CONCAMP”, traz a composição do conselho, forma de ingresso como conselheiro e tempo de mandato por segmento;

4 - MODELO DE PÔSTER “Como funciona o CONCAMP”, aborda a periodicidade, duração, local e horário nos quais ocorrem as reuniões ordinárias do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre;

5 - MODELO DE PÔSTER “Qual a importância do CONCAMP?”, traz destaques para a função de espaço de debates, a função de órgão recursivo e também a característica da paridade de representação entre os segmentos da comunidade interna no Conselho;

6 - MODELO DE PÔSTER “O que o CONCAMP faz?”, trata do funcionamento do CONCAMP por delegação de competência do Conselho Superior e apresenta algumas das principais temáticas passíveis de deliberação pelo CONCAMP.

7 – MODELO DE CARTAZ/INFOGRÁFICO – contém informações sobre conhecimentos apropriados pelos conselheiros; paridade e a vinculação à participação para sua efetivação; composição e competências do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre.

O QUE É O CONCAMP?

- Pode ser considerado o “Poder Legislativo” do *campus*, enquanto a Direção-Geral seria o “Poder Executivo”.
- É o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo do Campus. Isso significa que elabora, decide e é consultado sobre regras, normas, resoluções, etc.
- Conselheiros: técnicos, estudantes e professores (eleitos por seus colegas), e representantes externos;

TODOS OS MEMBROS DA COMUNIDADE PODEM ACOMPANHAR AS REUNIÕES E ENVIAR SUGESTÕES E OPINIÕES AOS CONSELHEIROS;

QUEM COMPÕE O CONCAMP?

➤ O CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre é composto por:

- Diretor-geral, membro nato e Presidente;
- 4 (quatro) representantes de cada segmento da comunidade interna (técnicos, estudantes e professores);
 - 2 (dois) representantes da comunidade externa;
 - Cada representante é eleito com um suplente.

MANDATOS:

- Estudantes: 1(um) ano;
- Técnicos e Professores: 2(dois) anos;
- Comunidade externa: 2 (dois) anos

COMO FUNCIONA O CONCAMP?

- 1 (uma) reunião ordinária por mês
- Duração: até 4 (quatro horas);
- Quando: na segunda semana do mês, segunda-feira, às 14 h e 30 min;
- Onde: sala de convenções, nono andar, torre norte;
- Reuniões extraordinárias: quando há temas urgentes ou não finalizados na reunião ordinária;
- As comissões internas do CONCAMP reúnem-se conforme organização própria.
- Representantes suplentes também participam das comissões internas.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO CONCAMP?

- Espaço de debates, de busca por soluções de problemas do *Campus*, onde, por meio de seus representantes, toda a comunidade pode ter **VOZ!**
- Órgão **MÁXIMO** do *Campus*, última instância para recorrer de decisões de outros órgãos e/ou setores do *Campus*.
- No **CONCAMP** há a mesma quantidade de vagas para estudantes, técnicos e professores, possibilitando **PARTICIPAÇÃO PARITÁRIA NAS SUAS DECISÕES**.

PARTICIPE, ACOMPANHE, VALORIZE A DEMOCRACIA!

Saiba mais no site:
www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional,
clique no link
“Conselho de Campus”.

O QUE FAZ O CONCAMP?

→ Pode decidir sobre assuntos aos quais é encarregado pelo CONSUP - Conselho Superior do IFRS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA);

ASSIM, O CONCAMP DISCUTE E DECIDE SOBRE:

A CONTRATAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES;

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS;

CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS, OU A EXTINÇÃO DE CURSOS;

O CALENDÁRIO ACADÊMICO;

DENTRE OUTROS ASSUNTOS E TEMAS.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL**

CAMPUS PORTO ALEGRE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

HENRIQUE LEONARDI DE OLIVEIRA

Orientador: Josimar de Aparecido Vieira

Material produzido pela pesquisa intitulada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal” do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT.

**Participe,
acompanhe,
valorize a
democracia!**

SAIBA MAIS:

Acesse o site:
www.poa.ifrs.edu.br, na aba
institucional, clique no link
Conselho de Campus

**CONCAMP
IFRS – *CAMPUS*
PORTO
ALEGRE**

**Campanha Informativa -
Conselho de *Campus***

Competências

Por delegação do Conselho Superior, o Conselho do Campus decide sobre:

- Contratação de servidores;
- Estrutura administrativa;
- Criação, alteração e extinção de cursos;
- Calendário acadêmico; - entre outros temas.

Composição

- Diretor-Geral, membro nato e Presidente;
 - 4 (quatro) representantes de cada segmento da comunidade interna, técnicos, estudantes, professores;
 - 2 (dois) representantes da comunidade externa;
- Cada representante é eleito com seu respectivo suplente.

Funcionamento

- Reuniões ordinárias mensais, com até 4h de duração, abertas ao público;
- Reuniões extraordinárias: quando há temas urgentes ou não finalizados na reunião ordinária;
- Reuniões de comissões internas conforme organização própria;
- Suplentes participam das comissões internas

O QUE É O CONCAMP?

- É o órgão máximo, normativo, consultivo e deliberativo do *Campus*. Ou seja, elabora, decide e é consultado sobre regras, normas, e resoluções.
- Conselheiros: técnicos, estudantes e professores (eleitos por seus pares), e representantes externos;

**ESPAÇO DE DEBATES,
DE BUSCA POR
RESOLUÇÕES DE
PROBLEMAS, ONDE,
POR MEIO DOS
REPRESENTANTES,
TODA A COMUNIDADE
PODE TER VOZ!**

O CONCAMP

OS CONSELHEIROS

Diretor-geral (presidente); 4 (quatro) estudantes; 4 (quatro) professores; 4 (quatro) técnicos e 2 (dois) representantes da comunidade externa;

ELEIÇÃO

Assim como o Diretor, todos os conselheiros são eleitos pela comunidade. Cada segmento escolhe seus representantes e suplentes;

MANDATOS

Os estudantes têm mandato de 1 (um) ano, enquanto que os demais membros têm mandato de 2(dois) anos.

PARIDADE

O CONCAMP É O PRINCIPAL ÓRGÃO DE REPRESENTATIVIDADE NO CAMPUS, CONTANDO COM IGUAL QUANTIDADE DE VAGAS PARA OS TRÊS SEGMENTOS DA COMUNIDADE INTERNA (ESTUDANTES, PROFESSORES E TÉCNICOS).

O QUE É

O Conselho de *Campus* exerce funções "legislativas" no IFRS - *Campus* Porto Alegre, enquanto a Direção-Geral exerce funções "executivas".

**PARTICIPE,
ACOMPANHE,
VALORIZE A GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA
EDUCAÇÃO!**

SAIBA MAIS!

Acesse o site: www.poa.ifrs.edu.br,
na aba institucional, clique em
Conselho de *Campus*.

76
**CONSELHO DE
CAMPUS
IFRS POA**

CAMPANHA INFORMATIVA

O que é o **CONCAMP?** (CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre)

- **PODE SER CONSIDERADO O “PODER LEGISLATIVO” DO *CAMPUS*, ENQUANTO A DIREÇÃO-GERAL, O “PODER EXECUTIVO”;**
- **É O ÓRGÃO MÁXIMO NORMATIVO, CONSULTIVO E DELIBERATIVO DO *CAMPUS*. ISSO SIGNIFICA QUE ELABORA, DECIDE E É CONSULTADO SOBRE REGRAS, NORMAS, RESOLUÇÕES, ETC;**
- **CONSELHEIROS: TÉCNICOS, ESTUDANTES E PROFESSORES (ELEITOS POR SEUS COLEGAS), E REPRESENTANTES EXTERNOS;**
- **TODOS OS MEMBROS DA COMUNIDADE PODEM ACOMPANHAR AS REUNIÕES E ENVIAR SUGESTÕES E OPINIÕES AOS CONSELHEIROS.**

Saiba mais no site : www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional, clique no link Conselho de *Campus*.

Quem compõe o **CONCAMP?**

78

(CONCAMP do IFRS - Campus Porto Alegre)

São membros do CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre:

- **Diretor-Geral, membro nato e Presidente;**
- **4 (quatro) representantes de cada segmento da comunidade interna, técnicos, estudantes, professores;**
- **2 (dois) representantes da comunidade externa;**
- **Cada representante é eleito com seu respectivo suplente.**

MANDATOS:

- **TÉCNICOS E PROFESSORES : 2(dois) anos;**
- **ESTUDANTES: 1(um) ano;**
- **REPRESENTANTES EXTERNOS: 2(dois) anos**

Saiba mais no site: www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional, clique no link Conselho de Campus.

Como funciona o ⁷⁹ **CONCAMP?**

(CONCAMP do IFRS - *Campus* Porto Alegre)

1 (UMA) REUNIÃO ORDINÁRIA POR MÊS;

- **DURAÇÃO:** ATÉ 4 (QUATRO) HORAS;
- **QUANDO:** NA SEGUNDA SEMANA DO MÊS, SEGUNDA-FEIRA, 14h e 30min;
- **ONDE:** SALA DE CONVENÇÕES, NONO ANDAR, TORRE NORTE;

- **REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS:** NO CASO DE TEMAS URGENTES OU NÃO FINALIZADOS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS;

- **AS COMISSÕES INTERNAS DO CONCAMP REÚNEM-SE CONFORME NECESSIDADE E ORGANIZAÇÃO PRÓPRIA.**

Saiba mais no site: www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional, clique no link Conselho de Campus.

Qual a importância⁸⁰ do CONCAMP?

(CONCAMP do IFRS - Campus Porto Alegre)

ESPAÇO DE DEBATES, DE BUSCA POR RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS, ONDE, POR MEIO DOS REPRESENTANTES, TODA A COMUNIDADE PODE TER **VOZ!**

ÓRGÃO MÁXIMO DO CAMPUS, INCLUSIVE PARA RECORRER DE DECISÕES DE OUTROS ÓRGÃOS E SETORES DO CAMPUS;

NO CONCAMP HÁ A MESMA QUANTIDADE DE VAGAS PARA ESTUDANTES, TÉCNICOS E PROFESSORES, POSSIBILITANDO **PARTICIPAÇÃO PARITÁRIA** NAS SUAS DECISÕES.

Saiba mais no site: www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional, clique no link Conselho de Campus.

O que o **CONCAMP** faz?

(CONCAMP do IFRS - Campus Porto Alegre)

PODE DECIDIR SOBRE ASSUNTOS AOS QUAIS É ENCARREGADO PELO CONSELHO SUPERIOR DO IFRS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA);

O CONCAMP DISCUTE E DECIDE SOBRE:

- **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS;**
- **CONTRATAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES;**
- **CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS, OU EXTINÇÃO DE CURSOS;**
- **CALENDÁRIO ACADÊMICO;**
- **DENTRE OUTROS ASSUNTOS E TEMAS.**

Saiba mais no site: www.poa.ifrs.edu.br, na aba institucional, clique no link Conselho de Campus.



CONSELHO DE CAMPUS. PARTICIPE!

AO PARTICIPAR DO CONCAMP

Ao participar do CONCAMP e envolver-se nas discussões e decisões realizadas, coopera-se para a gestão democrática, aprende-se sobre legislação, administração pública e educação.



CONSELHOS DE CAMPUS: CARACTERÍSTICAS



15
Conselheiros

15 membros da comunidade interna e externa compõem o Conselho de Campus



PARIDADE

Entre os segmentos discente, docente e de técnicos há o direito à paridade de representação no CONCAMP.



AUSÊNCIAS

Muitas vezes a paridade não acontece na prática, devido a frequentes ausências de alguns conselheiros.



SUPLENTES

Cada conselheiro tem seu respectivo suplente. Assim, na impossibilidade de o titular comparecer, o(a) representante suplente pode substituí-lo(a)

TEMAS DE COMPETÊNCIA DO CONCAMP:



Criação, alteração e extinção de cursos



Avaliar proposta orçamentária anual



Calendário Acadêmico



Contratação de pessoal (política e critérios)

Referências:

IFRS - Resolução Consup 054/2017 - Regimento dos Campi - disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_054_17_Completa.pdf - acesso em 31/07/2019;

IFRS - Resolução CONCAMP POA - 030/2018 - Regimento Complementar - disponível em: http://atom.poa.ifrs.edu.br/uploads/i/instituto-federal-de-educacao-ciencias-e-tecnologia-do-rio-grande-do-sul-campus-porto-alegre/3/f/1/3f1b0082acba7ee115ee4c971722f3ac20bd8476779020a78e735725id586e3/30_Aprova_o_Regimento_Complementar_-_completo.pdf - acesso em 31/07/2019.

Imagens: www.google.com



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

APÊNDICE B - Questionários

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

Questionário para Técnico-Administrativo membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que não tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 10 anos ou mais () 5 anos
 () 9 anos () 4 anos
 () 8 anos () 3 anos
 () 7 anos () 2 anos
 () 6 anos () 1 ano ou menos

03. O que você sabe/conhece sobre o Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Você sabe quais são as funções de um Conselheiro do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

Se sua resposta foi sim, destaque as funções que conhece:

.....

.....

.....

05. Você se candidataria como representante de seu segmento no CONCAMP?

() Sim

() Não

06. O que você esperaria caso viesse a ter experiência como conselheiro do CONCAMP?

.....

.....

.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Técnicos Administrativos no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima

() envio opiniões quando surgem temas polêmicos

() envio opiniões sempre que me lembro

() prefiro não me envolver

() outra. Qual?.....

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?

.....

11 Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Questionário para Professor(a) membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que não tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 10 anos ou mais () 5 anos
 () 9 anos () 4 anos
 () 8 anos () 3 anos
 () 7 anos () 2 anos
 () 6 anos () 1 ano ou menos

03. O que você sabe/conhece sobre o Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Você sabe quais são as funções de um Conselheiro do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

Se sua resposta foi sim, destaque as funções que conhece:

.....

05. Você se candidataria como representante de seu segmento no CONCAMP?

() Sim

() Não

06. O que você esperaria caso viesse a ter experiência como conselheiro(a) do CONCAMP?

.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Professores no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima

() envio opiniões quando surgem temas polêmicos

() envio opiniões sempre que me lembro

() prefiro não me envolver

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP?
Qual(is)?

.....

11 Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....

.....

.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....

.....

.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

Questionário para estudante membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que não tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a estudante,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 5 anos ou mais () 2 anos
() 4 anos () 1 ano
() 3 anos () 1 semestre ou menos

03. O que você sabe/conhece sobre o Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

.....
.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Você sabe quais são as funções de um Conselheiro do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

Se sua resposta foi sim, destaque as funções que conhece:

.....

05. Você se candidataria como representante de seu segmento no CONCAMP?

() Sim

() Não

06. O que você espera caso viesse a ter experiência como conselheiro do CONCAMP?

.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Estudante no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima

() envio opiniões quando surgem temas polêmicos

() envio opiniões sempre que me lembro

() prefiro não me envolver

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....
.....
10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP?
Qual(is)?

.....
.....
11 Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus?

Sim

Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....
.....
Se a resposta for não, explique a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....
12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

Boa

Ruim

Justifique:

.....
.....
13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....
15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....
16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

Desenvolve

Poderia desenvolver



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Questionário para membro(a) externo da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que não tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a senhor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Qual sua principal atividade? Qual a sua relação com o IFRS Campus Porto Alegre?

03. O que você sabe/conhece sobre o Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

.....
.....
.....

04. Você sabe quais são as funções de um Conselheiro do Conselho de Campus?

() Sim

() Não



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Se sua resposta foi sim, destaque as funções que conhece:

.....

05. Você se candidataria como representante de seu segmento no CONCAMP?

() Sim

() Não

06. O que você espera caso viesse a ter experiência como conselheiro do CONCAMP?

.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes externos no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima

() envio opiniões quando surgem temas polêmicos

() envio opiniões sempre que me lembro

() prefiro não me envolver

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?

.....

11 Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**Questionário para Técnico-Administrativo membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS
Campus Porto Alegre, que já tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus**

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que incentivem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 10 anos ou mais () 5 anos
 () 9 anos () 4 anos
 () 8 anos () 3 anos
 () 7 anos () 2 anos
 () 6 anos () 1 ano ou menos

03. Por quanto tempo você exerceu a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos
 () 2 anos () 4 anos ou mais



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

Negativa

Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....
.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....
.....

06. Você considera que houve aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

Não Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....
.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Técnicos Administrativos no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

Sim

Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

próxima

envio opiniões quando surgem temas polêmicos

envio opiniões sempre que me lembro

prefiro não me envolver

outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

Não

Sim, facilitadores

Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....
.....
11. Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus após o fim do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....
.....
Se a resposta for não, explique a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....
12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....
.....
13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....
15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....
16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

19. Você voltaria a se candidatar para ser Conselheiro no Conselho de Campus?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Questionário para Professor(a) membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que já tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que incentivem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 10 anos ou mais () 5 anos
() 9 anos () 4 anos
() 8 anos () 3 anos
() 7 anos () 2 anos
() 6 anos () 1 ano ou menos

03. Por quanto tempo você exerceu a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos
() 2 anos () 4 anos ou mais



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

Negativa

Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....
.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....
.....

06. Você considera que houve aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

Não Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....
.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Professores no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

Sim

Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

próxima

envio opiniões quando surgem temas polêmicos

envio opiniões sempre que me lembro

prefiro não me envolver

outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores na atuação de Conselheiro do CONCAMP?

Não

Sim, facilitadores

Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....
.....
11. Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus após o fim do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....
.....
Se a resposta for não, explique a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....
12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....
.....
13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....
15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....
16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

19. Você voltaria a se candidatar para ser Conselheiro no Conselho de Campus?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**Questionário para Estudante, membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto
Alegre, que já tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus**

Prezado/a estudante,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que incentivem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 5 anos ou mais () 2 anos
() 4 anos () 1 ano
() 3 anos () 1 semestre ou menos

03. Por quanto tempo você exerceu a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos ou mais
() 2 anos

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Negativa

Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....
.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....
.....

06. Você considera que houve aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

Não Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....
.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Estudantes no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

Sim

Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

próxima

envio opiniões quando surgem temas polêmicos

envio opiniões sempre que me lembro

prefiro não me envolver

outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

Não

Sim, facilitadores

Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?

.....
.....

11. Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus após o fim do seu mandato?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Sim

Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....
.....

Se a resposta for não, explique a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

Boa

Ruim

Justifique:

.....
.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

Desenvolve

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

Desenvolve



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

Desenvolve

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

19. Você voltaria a se candidatar para ser Conselheiro no Conselho de Campus?

SIM NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**Questionário para membro(a) externo da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto
Alegre, que já tenha atuado como Conselheiro(a) no Conselho de Campus**

Prezado/a senhor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Qual sua principal atividade? Qual a sua relação com o IFRS Campus Porto Alegre?

03. Por quanto tempo você exerceu a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos
() 2 anos () 4 anos ou mais

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

- () Negativa
() Positiva



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....

06. Você considera que houve aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

() Não () Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....

07. Você sabe quem são os atuais representantes dos Professores no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Como você avalia sua relação com os atuais e antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima

() envio opinões quando surgem temas polêmicos

() envio opiniões sempre que me lembro

() prefiro não me envolver

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP?
Qual(is)?

.....

11. Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus após o fim do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....
.....
15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....
16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

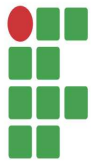
Relacione abaixo as ações:

.....
.....
19. Você voltaria a se candidatar para ser Conselheiro no Conselho de Campus?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**Questionário para Técnico-Administrativo membro(a) da comunidade acadêmica do
IFRS Campus Porto Alegre, que seja atualmente Conselheiro(a) no Conselho de
Campus**

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 10 anos ou mais () 5 anos
 () 9 anos () 4 anos
 () 8 anos () 3 anos
 () 7 anos () 2 anos
 () 6 anos () 1 ano ou menos

03. Há quanto tempo você exerce a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos ou mais



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

() 2 anos

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

() Negativa

() Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....

06. Você considera que há aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

() Não () Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....

07. Você sabia quem eram os antigos representantes das/dos Técnicas no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Anteriormente a sua posse como Conselheiro, como você avalia sua relação com os antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima;

() enviava opiniões quando surgiam temas polêmicos;

() enviava opiniões sempre que me lembrava;

() preferia não me envolver;

() outra. Qual?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

- () Não
() Sim, facilitadores
() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....
.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?

.....
.....

11. Você compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus antes do início do seu mandato?

- () Sim
() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....
.....
.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

- () Boa
() Ruim

Justifique:

.....
.....

.....13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....15. Como você
descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....

.....16. O
CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações
capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da
comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....17. O IFRS -
Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações
para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica
como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....18. O IFRS -
Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre
comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....19. Você se candidataria
a uma recondução (reeleição) caso ainda possa fazê-lo?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....

.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

Questionário para Professor(a) membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que seja atualmente Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a servidor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes.

As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- | | |
|---------------------|--------------------|
| () 10 anos ou mais | () 5 anos |
| () 9 anos | () 4 anos |
| () 8 anos | () 3 anos |
| () 7 anos | () 2 anos |
| () 6 anos | () 1 ano ou menos |

03. Há quanto tempo você exerce a função de conselheiro(a)?

- | | |
|--------------------|--------------------|
| () 1 ano ou menos | () 3 anos ou mais |
| () 2 anos | |

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

- | |
|--------------|
| () Negativa |
| () Positiva |



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....
.....

06. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

07. Você considera que há aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

() Não () Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....
.....

08. Você sabia quem eram os antigos representantes das/dos Professores no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Anteriormente a sua posse como Conselheiro, como você avalia sua relação com os antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima;

() enviava opiniões quando surgiam temas polêmicos;

() enviava opiniões sempre que me lembrava;

() preferia não me envolver;

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores na atuação como Conselheiro do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP? Qual(is)?

.....
.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

11. Você compareceu a alguma(s) reunião do Conselho de Campus antes do início do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a(s) experiência(s)?

.....
.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....
.....
.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....
.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....
.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

.....
.....
.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....
.....

19. Você se candidataria a uma recondução (reeleição) caso ainda possa fazê-lo?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Questionário para Estudante, membro(a) da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto Alegre, que seja atualmente Conselheiro(a) no Conselho de Campus

Prezado/a estudante,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Há quanto tempo você está no IFRS - Campus Porto Alegre?

- () 5 anos ou mais () 2 anos
() 4 anos () 1 ano
() 3 anos () 1 semestre ou menos

03. Há quanto tempo você exerce a função de conselheiro(a)?

- () 1 ano ou menos () 3 anos ou mais
() 2 anos

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

() Negativa

() Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:

.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....

06. Você considera que há aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

() Não () Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....

07. Você sabia quem eram os antigos representantes das/dos Estudantes no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Anteriormente a sua posse como Conselheiro, como você avalia sua relação com os antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima;

() enviava opiniões quando surgiam temas polêmicos;

() enviava opiniões sempre que me lembrava;

() preferia não me envolver;

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:

.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP?
Qual(is)?

.....

11. Você compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus antes do início do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a experiência?

.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?

.....
.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....
.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

() Desenvolve

() Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....
.....

19. Você se candidataria a uma recondução (reeleição) caso ainda possa fazê-lo?

() SIM () NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....
.....



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 90030-040

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**Questionário para membro(a) externo da comunidade acadêmica do IFRS Campus Porto
Alegre, que seja atualmente Conselheiro(a) no Conselho de Campus**

Prezado/a senhor/a,

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - Campus Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes. As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

Atenciosamente, Henrique.

01. Sexo: () Masculino () Feminino

02. Qual sua principal atividade? Qual a sua relação com o IFRS - Campus Porto Alegre?

03. Há quanto tempo você exerce a função de conselheiro(a)?

() 1 ano ou menos () 3 anos ou mais

() 2 anos

04. Como você avalia sua experiência enquanto Conselheiro(a) no CONCAMP?

() Negativa

() Positiva

Por favor, descreva abaixo motivo(s) para a sua resposta:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 90030-040

.....
.....
.....

05. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP?

.....
.....
.....

06. Você considera que há aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)?

() Não () Sim

Se sua resposta foi sim, por favor tente listar alguns aprendizados:

.....
.....
.....

07. Você sabia quem eram os antigos representantes externos no Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre?

() Sim

() Não

08. Anteriormente à sua posse como Conselheiro(a), como você avalia sua relação com os antigos representantes de seu segmento no CONCAMP?

() próxima;

() enviava opiniões quando surgiam temas polêmicos;

() enviava opiniões sempre que me lembrava;

() preferia não me envolver;

() outra. Qual?

09. Você percebe aspectos facilitadores e/ou dificultadores para a atuação dos Conselheiros do CONCAMP?

() Não

() Sim, facilitadores

() Sim, dificultadores

Se sua resposta foi sim, descreva ou liste os aspectos facilitadores ou dificultadores:



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 90030-040

.....
.....
.....

10. Suas atividades guardam alguma relação com as atividades dos conselheiros do CONCAMP?
Qual(is)?

.....
.....
.....

11. Você compareceu a alguma(s) reunião do Conselho de Campus antes do início do seu mandato?

() Sim

() Não

Se a resposta foi sim, como avalia a(s) experiência(s)?

.....
.....

Se a resposta for não, explicita a(s) razão(ões) de não ter ainda comparecido a uma reunião:

.....
.....
.....

12. Como você avalia a participação conjunta e paritária de representantes de todos os segmentos da Comunidade Acadêmica no Conselho de Campus?

() Boa

() Ruim

Justifique:

.....
.....
.....

13. Avalie a importância do Conselho de Campus para a gestão democrática do IFRS - Campus Porto Alegre, marcando conforme abaixo:

1 - Nada Importante; 3 - Importante; 5 - Muito Importante

1 () - 2 () - 3 () - 4 () - 5 ()

14. Você acha que o Conselho de Campus poderia ser extinto ou substituído? Por quê?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 90030-040

.....

.....

.....

15. Como você descreveria a importância do IFRS - Campus Porto Alegre e do IFRS?

.....

.....

16. O CONCAMP POA ou o IFRS Campus Porto alegre desenvolve ou poderia desenvolver ações capazes de fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

Desenvolve

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

17. O IFRS - Campus Porto Alegre ou o próprio Conselho de Campus desenvolve ou poderia desenvolver ações para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP?

Desenvolve

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

18. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia desenvolver ações para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

Desenvolve

Poderia desenvolver

Relacione abaixo as ações:

.....

.....

19. Você se candidataria a uma recondução (reeleição) caso ainda possa fazê-lo?

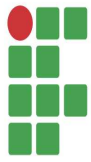
SIM NÃO

Cite alguns motivos para a sua resposta:

.....

.....

APÊNDICE C - Roteiros de Entrevista



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO(A) DA COMUNIDADE
ACADÊMICA DO IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE, ATUAL CONSELHEIRO(A)
DO CONCAMP**

Prezado(a) senhor(a)!

Esta entrevista faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - *Campus* Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

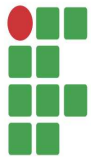
O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes.

As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

01. Qual foi a sua motivação para candidatar-se a representante de seu segmento no CONCAMP? Até o momento, qual a sua avaliação entre expectativas e realidade quanto à experiência de Conselheiro(a)? Avalias a experiência como negativa ou positiva? Em que aspectos?

02. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP? Você considera que as cumpre? Que fatores podem atrapalhar ou auxiliar no desempenho dessas funções?

03. Você poderia citar algumas relações entre sua atividade como Conselheiro(a) e suas demais atividades no campus?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

04. Suas experiências anteriores ao CONCAMP auxiliaram ou dificultaram na execução das tarefas de um Conselheiro(a)?

05. Você considera que acumula aprendizados para a sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)? Por quê?

06. Como você avalia a importância do Conselho de Campus para a instituição? Este órgão poderia ser extinto, substituído ou alterado na sua formação paritária?

07. Você considera o Conselho de Campus do IFRS - Campus Porto Alegre uma instância democrática? Por quê?

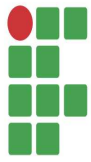
08. Você considera o IFRS - Campus Porto Alegre uma instituição democrática? Por quê?

09. O CONCAMP POA ou o Campus Porto Alegre fazem ou poderiam fazer algo para facilitar e incentivar a participação dos representantes eleitos pela comunidade?

10. O CONCAMP POA faz ou deveria fazer algo capaz de incentivar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

11. O IFRS Campus POA faz ou poderia fazer algo para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

12. Você se candidataria a uma recondução (reeleição) caso ainda possa fazê-lo?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA COMUNIDADE
EX-CONSELHEIRO(A) DO CONCAMP DO IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE**

Prezado(a) senhor(a)!

Esta entrevista faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - *Campus* Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes.

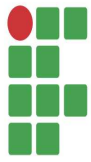
As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

01. Você se recorda da sua motivação e expectativas para candidatar-se a representante de seu segmento no CONCAMP? Avalias a experiência como negativa ou positiva? Em que aspectos?

02. Quais você considera serem as funções de um(a) Conselheiro(a) do CONCAMP? Você considera que as cumpriu? Que fatores podem atrapalhar ou auxiliar no desempenho dessas funções?

03. Você poderia citar algumas relações entre sua atividade como Conselheiro(a) e suas demais atividades no campus?

04. Suas experiências anteriores ao CONCAMP auxiliaram ou dificultaram na execução das tarefas de um Conselheiro(a)?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

05. Você considera que houve aprendizado aplicável à sua vida profissional/ acadêmica e/ou pessoal atuando como Conselheiro(a)? Por quê? Quais?

06. Como você avalia a importância do Conselho de Campus para a instituição? Este órgão poderia ser extinto, substituído ou alterado na sua formação paritária?

07. Você considera o Conselho de Campus do Campus Porto Alegre uma instância democrática? Por quê?

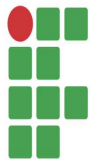
08. Você considera o IFRS Campus POA uma instituição democrática? Por quê?

09. O CONCAMP POA ou o Campus Porto Alegre fazem ou poderiam fazer algo para facilitar e incentivar a participação dos representantes eleitos pela comunidade?

10. O CONCAMP POA faz ou deveria fazer algo capaz de incentivar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)?

11. O IFRS Campus POA faz ou poderia fazer algo para facilitar a comunicação entre comunidade e CONCAMP?

12. Você voltaria a se candidatar para ser Conselheiro no Conselho de Campus? Por quê?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA COMUNIDADE QUE NÃO TENHA ATUADO COMO CONSELHEIRO DO CONSELHO DE CAMPUS DO IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE

Prezado(a) senhor(a)!

Esta entrevista faz parte do trabalho de pesquisa que desenvolvo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que frequento no IFRS - *Campus* Porto Alegre. Trata-se de um procedimento de coleta de dados para a investigação que estou realizando denominada “Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política e educação informal”.

O estudo tem por objetivo analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade acadêmica do IFRS - *Campus* Porto Alegre no Conselho de Campus que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes.

As informações aqui obtidas serão tratadas com absoluto sigilo sobre a fonte. Desde já, agradeço sua disponibilidade,

01. O que você sabe a respeito do Conselho de Campus do IFRS - *Campus* Porto Alegre?

02. Você poderia citar algumas relações entre sua atividade como estudante/técnico/professor e as atividades dos Conselheiros do CONCAMP?

03. Você se candidataria a representante de seu segmento no CONCAMP? Por quê?

04. Você já compareceu a alguma reunião do Conselho de Campus? Caso positivo, como avalia esta experiência? Caso negativo, por que razão?



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre

Rua Cel Vicente, 281 – Centro –
Porto Alegre RS – 900300-040

05 Como você avalia a importância do Conselho de Campus para a instituição? Este órgão poderia ser extinto, substituído ou alterado na sua formação paritária?

06. O CONCAMP POA faz ou poderia fazer algo para facilitar a participação dos representantes? O quê?

07. O CONCAMP POA faz ou poderia fazer algo para fomentar uma maior participação nas suas decisões por parte de membros da comunidade acadêmica (não conselheiros)? O quê?

08. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia fazer algo para incentivar a participação de representantes de todas os segmentos da Comunidade Acadêmica como Conselheiros do CONCAMP? O quê?

09. O IFRS - Campus Porto Alegre faz ou poderia fazer algo para facilitar a comunicação entre comunidade e o Conselho de Campus? O quê?